

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**MARINA KIKUSA MENDES**

**TRABALHO INFORMAL FEMININO NO SETOR DE COMÉRCIO EM  
LUANDA NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19**

**CRICIÚMA  
2024**

**MARINA KIKUSA MENDES**

**MULHERES E O TRABALHO INFORMAL NO SETOR DE COMÉRCIO EM  
LUANDA NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento socioeconômico.

Orientadora: Profa. Dra. Michele  
Gonçalves Cardoso  
Coorientadora: Profa. Dra. Giovana Ilka  
Salvaro

**CRICIÚMA**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F315c Mendes, Marina Kikusa.

Trabalho informal feminino no setor de comércio em Luanda no período da pandemia da COVID-19 / Marina Kikusa Mendes. - 2024.

106 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2024.

Orientação: Michele Gonçalves Cardoso.

Coorientação: Giovana Ilka Salvaro.

1. Comércio - Luanda (Angola). 2. Trabalho informal - Mulheres - Luanda (Angola). 3. Trabalho informal - Mulheres - Luanda (Angola) - Aspectos sociais. 4. Trabalho informal - Mulheres - Luanda (Angola) - Aspectos econômicos. 5. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 6. Política pública - Luanda (Angola). - I. Título.

CDD 23. ed. 331.4096732

Bibliotecária Elisângela Just Steiner - CRB 14/1576  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**MARINA KIKUSA MENDES**

**TRABALHO INFORMAL FEMININO NO SETOR DE COMÉRCIO EM LUANDA  
NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 14 de maio de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardoso  
(Presidente e Orientadora – UNESC)



Profa. Dra. Giovana Ilika Jacinto Salvaro  
(Coorientadora – UNESC)

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**MICHELLE MARIA STAKONSKI CECHINEL**

Data: 27/06/2024 22:32:44-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Michelle Maria Stakonski Cechinel  
(Membra – UDESC)



Prof. Dr. Dimas Oliveira Estevam  
(Membro – UNESC)

*Marina Kikusa Mendes*  
Marina Kikusa Mendes  
(Discente)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam  
Coordenador do PPGDS – UNESC

## AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos deste período de mestrado, vivi uma experiência desafiadora, mas muito enriquecedora. Foi um tempo de trabalhos com erros e acertos, de muitos aprendizados e vivências que envolveram vidas, sentimentos, emoções, doações e histórias. Concluir esta dissertação foi uma jornada extremamente desafiadora, e não teria sido possível sem o apoio e a ajuda de várias pessoas e forças.

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença e força me sustentaram em cada etapa deste percurso, até as últimas horas.

Aos meus pais, e meus irmãos que sempre acreditaram em mim e me ofereceram um apoio incondicional, sou eternamente grato. Agradeço por cada palavra de encorajamento e por cada gesto de amor e carinho.

À minha orientadora, Dra. Michele Gonçalves Cardoso, e à minha coorientadora, Dra. Giovana Ilka Salvaro, que me guiaram com sabedoria, paciência e dedicação, meu muito obrigado, a banca avaliadora composta pela Dra. Michelle Cechinel e Dr. Dimas Estevam. Suas contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também aos professores, que compartilharam seu conhecimento e me inspiraram ao longo do curso.

Aos amigos Celma, Miguel, Mona e Sueli, que estiveram ao meu lado nos momentos de alegria e nos momentos de dificuldade, meu sincero agradecimento. O apoio e a amizade de vocês foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios deste percurso. Não posso esquecer dos meus colegas do programa, que estiveram comigo durante todo o percurso em especial ao Max, meu muito obrigada.

Um agradecimento especial à secretária do programa, Luciana Medeiros, cuja ajuda foi inesperada, mas extremamente valiosa. Sua disposição de sempre oferecer uma mão amiga fez toda a diferença.

Aproveito para estender meus agradecimentos à UNESCO, ao PPGDS, à CAPES e a todos os colaboradores do programa por me concederem essa oportunidade de realizar este importante capítulo da minha vida acadêmica.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu mais profundo agradecimento.

## RESUMO

A jornada de trabalho das mulheres que atuam nos mercados informais de Luanda é árdua, e as condições laborais são precárias. No entanto, a responsabilidade em relação às suas próprias necessidades e as de suas famílias as mantêm nesses trabalhos, já que para muitas, a renda proveniente dessas atividades é crucial para sua sobrevivência. Portanto, este estudo tem como objetivo geral compreender as condições de trabalho das mulheres do setor de comércio informal de Luanda durante a pandemia da COVID-19 (2020-2022). Os procedimentos metodológicos adotados incluíram uma pesquisa descritiva e qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas de campo com 20 mulheres, entre quitandeiras e zungueiras, que estiveram ativas nos mercados informais de Luanda, especificamente no comércio de alimentos do mercado do kikolo, durante o período da pandemia. Justifica-se, portanto, a necessidade desta dissertação para compreender os impactos que a pandemia teve nas condições de trabalho dessas mulheres, bem como para avaliar a implementação e o acesso delas às políticas públicas destinadas a esse grupo durante esse período desafiador. Os resultados da pesquisa demonstraram que a pandemia afetou significativamente as vendas e a vida socioeconômica das mulheres que dependem desses trabalhos. Foi observado um aumento na carga de responsabilidade que elas enfrentavam ao sair para trabalhar em meio ao risco aumentado de contágio. Além disso, o estudo ressalta as limitações das políticas públicas existentes e implementadas durante esse período, bem como a falta de políticas específicas e adequadas para atender às necessidades desse grupo de mulheres em um momento tão crítico como o da pandemia da COVID-19.

**Palavras-chave:** Mulheres; Trabalho informal; Covid-19; Luanda; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The working days of women who work in Luanda's informal markets are arduous, and working conditions are precarious. However, responsibility for their own needs and those of their families keeps them in these jobs, as for many, the income from these activities is crucial to their survival. Therefore, this research has the general objective of understanding the working conditions of women in the informal trade sector in Luanda during the COVID-19 pandemic (2020-2022). The methodological procedures adopted included descriptive and qualitative research, involving bibliographic review, documentary analysis and field interviews with 20 women, including greengrocers and *zungueiras*, who were active in Luanda's informal markets, specifically in the food trade at the kikolo market, during the pandemic period. Therefore, the need for this dissertation is justified to understand the impacts that the pandemic had on the working conditions of these women, as well as to present and understand their implementation and access to public policies aimed at this group during this challenging period. The research results demonstrated that the pandemic significantly affected sales and the socioeconomic lives of women who depend on these jobs. An increase in the burden of responsibility they faced when going to work amid the increased risk of contagion was observed. Furthermore, the study highlights the limitations of existing public policies implemented during this period, as well as the lack of specific and appropriate policies to meet the needs of this group of women at such a critical time as the COVID-19 pandemic.

**Keywords:** Women; Informal work; Covid-19; Luanda; Public Policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANGOP – Agência Angola Press

ASSOMEL – Associação de Mulheres Empreendedoras de Luanda

BNA – Banco Nacional de Angola

CEIC-UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica - Universidade Católica de Angola

COVID-19 – Corona Vírus Disease

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOPREI – Estudo das Organizações Representantes de Actores da Economia Informal em Luanda

LIMA – Liga da mulher Angolana

MPLA – Movimento Popular para Libertação de Angola

MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMA – Organização da Mulher Angolana

OGE – Orçamento Geral do Estado

PAANE – Programa de Apoio aos Actores não Estatais

PREI – Programa de Reconversão da Economia Informal

CEIC – Centro de Estudo e Investigação Científica

RDC – República Democrática do Congo

SEPMD – Secretariado para a Promoção de Desenvolvimento da Mulher

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconómico

Kz – Kwanzas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa geopolítico de Angola.....	18
Figura 2 - Mercado do Kikolo .....	56
Figura 3 - Mercado do Kikolo .....	56
Figura 4 – Zungueira carregando Mercadorias na cabeça e vendendo no período da pandemia.....	65
Figura 5 – Quitandeira comercializando no mercado do Kikolo .....	66
Figura 6 – Mulheres fugindo os fiscais durante a venda .....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa Etária .....	57
Tabela 2 – Escolaridade.....	59
Tabela 3 – Estado Civil das mulheres entrevistadas.....	61
Tabela 4 – Tempo de atuação no mercado informal .....	62
Tabela 5 – Produtos comercializados antes e durante a pandemia .....	67

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Modo de comercialização dos produtos das entrevistas.....	64
Gráfico 2 – Representação da renda do comércio informal na renda total da família.....	70
Gráfico 3 – O impacto da Covid-19 na forma de adquirir e comercializar os produtos .....	74
Gráfico 4 – O impacto da Covid-19 no faturamento das mulheres.....	77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. ANGOLA: UM PANORAMA HISTÓRICO, SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO .....</b>	<b>26</b>
2.1 TRADIÇÕES CULTURAIS E ESTRUTURAS FAMILIARES EM ANGOLA	29
2.2 FENÔMENO MIGRATÓRIO E O IMPACTO NO MERCADO INFORMAL EM LUANDA.....	34
2.3 TRABALHO INFORMAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	37
2.4 MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL EM ANGOLA..	39
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS MULHERES TRABALHADORAS DO MERCADO INFORMAL EM ANGOLA .....	49
<b>3. DESAFIOS E RESISTENCIAS DAS MULHERES DO MERCADO INFORMAL DA CIDADE DE LUANDA EM TEMPOS DA CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19 .....</b>	<b>55</b>
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO KIKOLO .....	55
3.2 PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS QUE FREQUENTARAM O MERCADO INFORMAL NO PERÍODO DE 2020-2022 .....	57
3.3 O MODO DE ATUAÇÃO E O COTIDIANO DE TRABALHO DAS MULHERES NO SETOR DE COMÉRCIO INFORMAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	63
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE(S)- ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a continuidade da pesquisa da autora, que foi desenvolvida e apresentada ao final da graduação, no ano de 2020, para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc. A temática versava sobre a participação de mulheres no setor de comércio informal em Luanda/Angola e teve como intuito reunir dados econômicos e sociais para entender as características socioeconômicas dessas mulheres que estão inseridas na informalidade.

Em Luanda, as mulheres encontram dificuldades para serem aceitas de forma igualitária e para ocuparem postos de liderança no mercado de trabalho formal. Então, para obterem bens e serviços que são indispensáveis para seu sustento e a sobrevivência de suas famílias, muitas usam como saída a informalidade para solucionar os seus problemas e suas necessidades imediatas.

Ademais, a cidade de Luanda não é industrializada e a sua estrutura física não foi capaz de receber o número massivo de migrantes que se dirigiram para lá à procura de melhores condições de vida, em decorrência do nível elevado de pobreza nas zonas urbanas. Isso fez com que aumentasse o número de pessoas na capital e, consecutivamente, estimulou o crescimento das atividades informais.

Assim, para alcançar o objetivo proposto no trabalho, como procedimentos metodológicos para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas com mulheres do comércio informal de Luanda, entrevistando as mulheres do mercado do kikolo, com auxílio de um questionário semiestruturado. As entrevistas demonstraram que a jornada de trabalho das mulheres é árdua, mas a responsabilidade em relação às necessidades pessoais e de suas famílias impõe a permanência nesse tipo de trabalho informal, pois, em grande parte, a renda proveniente dessas atividades representa a renda principal dessas mulheres e garante a sua sobrevivência.

Durante a pesquisa de campo, foram feitas conversas e entrevistas com duas diferentes categorias de comerciantes: as quitadeiras (Quitanda<sup>1</sup>) e as zungueiras (Zunga<sup>2</sup>). Essas atividades são denominadas como "comércio de rua", porque são atividades comerciais que ocorrem nos espaços públicos, como as áreas próximas a armazéns, mercados municipais, áreas urbanas abertas e praças informais.

A prática de troca e venda e a presença de mercados e feiras fazem parte da rotina das sociedades há milênios. Na cidade de Luanda, por volta do século XVIII, já estavam em funcionamento diversos espaços comerciais, mercados e feiras livres, como as feiras do Bungo, a feira Grande, o Açougue de peixe e o mercado dos coqueiros, que eram centros de comercialização e distribuição de mercadorias e alimentos na região. Também, na época, mercados semelhantes eram encontrados nos musseques<sup>3</sup> (Venacio, 1996 apud Andre; Luz, 2022).

Em Luanda, as feiras e mercados eram predominantemente caracterizados por quitandas. De acordo com Van-Dúnem (s.d.), o termo 'quitanda' tem sua origem na palavra 'itanda', presente no dialeto kimbundu, em que, no plural 'kitanda', se refere a uma plataforma de bordão usada como banco e expositor de medidas, especialmente para regulamentar a venda de tabaco em corda, ou seja, quitanda é o local onde se fazem negócios, "praças ou mercados" (Van-Dúnem, n.d apud Andre; Luz, 2022, p. 9).

Já a palavra 'quitadeira', a qual significa uma mulher que vende produtos em uma quitanda, surgiu da remoção da letra 'a' de 'quitanda' e da adição do sufixo 'eira' para torná-la mais compatível com o português a partir da língua kimbundu. Nessa versão adaptada ao português, essa palavra abrange

---

<sup>1</sup> Quitanda significa: mercado; feira; praça; posto de venda de géneros frescos; pequena loja ou barraca de negócios etc.

<sup>2</sup> Palavra zunga é usada para caracterizar aquelas vendedoras ambulantes que circulam pela cidade vendendo diversas mercadorias.

<sup>3</sup> O nome Musseque deriva de uma língua local "Kimbundu", que significa terra vermelha. São bairros periféricos suborganizados, ou de urbanização progressiva, que podem ser classificados em ordenados, passíveis de se ordenar com instrumentos de ordenamento do território ou desordenados, de difícil ordenamento, face a sua densa e caótica ocupação.

todas as mulheres que trabalham em mercados, feiras, praças, locais de venda de produtos frescos, pequenas lojas ou barracas de negócios, bem como produtos vendidos nas ruas em maletas, tabuleiros ou quindas (Ribas 1989 apud Santos, 2011).

Com relação ao termo ‘zungueiras’, este é utilizado para se referir às mulheres que trabalham como vendedoras ambulantes no mercado informal de Angola, percorrendo longas distâncias diariamente com o objetivo de vender uma variedade de produtos, incluindo alimentos, itens de utilidade, acessórios e roupas. A origem da palavra está relacionada ao termo da língua nacional kimbundu ‘zunga’, que, em tradução literal, significa ‘andar ao redor’ ou ‘circular’ e é usado pela população de Luanda para descrever os participantes desse fenômeno de comércio de rua, especialmente os vendedores ambulantes. Notavelmente, essa atividade é historicamente realizada por mulheres. Ainda, essa prática de venda em movimento persiste, apesar das mudanças sociais, políticas e econômicas no país (O. A. Santos, 2010; O. Santos, 2011).

Atualmente, o termo “zungueiros” é utilizado para se referir a vendedores ambulantes de ambos os sexos e de todas as idades. No entanto, é importante observar que, apesar dessa flexibilidade de gênero, as mulheres continuam liderando o comércio de venda informal. Dessa forma, a predominância feminina no comércio ambulante fez com que a expressão “zungueira<sup>4</sup>” se tornasse renomada e famosa, substituindo as quitandeiras tradicionais como ícones do comércio informal urbano em Luanda (O. A. Santos, 2010).

Então, na condição de migrante angolana, por conhecer e presenciar algumas dificuldades que as mulheres angolanas do mercado informal passam e por ter parentes inseridos nessas atividades, despertou-me, enquanto pesquisadora, o interesse em estudar essa temática. Desta feita, na graduação, senti a necessidade de pesquisar as condições socioeconômicas dessas mulheres e, agora, no mestrado, em verificar o impacto que a Covid-19 teve nas

---

<sup>4</sup> Segundo Lopes, as zungueiras são fruto do ajustamento da atividade tradicional das antigas quitandeiras e dos novos vendedores ambulantes ao novo estatuto socioeconômico: a variação na venda de produtos, os grupos etários envolvidos, registrando-se, também, um considerável número de jovens e crianças (Lopes, 1999).

condições de trabalho, na dimensão econômica e na questão de saúde dessas mulheres.

A primeira detecção do surto de coronavírus ocorreu na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Inicialmente, foi identificado como uma pneumonia causada por um novo coronavírus. Devido às características de transmissão da doença, um estado de epidemia foi declarado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020. Eles enfatizaram a gravidade do problema e a necessidade de ações coordenadas em nível global para conter a propagação do vírus.

Até 22 de maio, o número de casos confirmados do COVID-19 em todo o mundo atingiu aproximadamente cinco milhões, com mais de 320 mil mortes. O Ministério da Saúde de Angola registrou os primeiros dois casos de COVID-19 em 23 de março de 2020, onde foi registrado um total de 60 casos confirmados de contaminação e 3 mortes. Angola decretou o Estado de Emergência em resposta à pandemia de COVID-19 a partir de 27 de março, prorrogando-o até 25 de maio. Além disso, foi aprovado o Plano Nacional de Contingência para o Controle da Pandemia. O Sistema das Nações Unidas em Angola, sob a liderança do Coordenador Residente das Nações Unidas, destinou um montante de US\$12,5 milhões, um valor reprogramado, para apoiar as iniciativas do país no combate à COVID-19. (Diário da república de Angola, 2020).

Logo, conhecendo a realidade dos mercados informais, buscou-se fazer uma pesquisa mais aprofundada para saber como essas mulheres conseguiram sobreviver diante da crise da pandemia de covid-19 e qual foi o posicionamento do governo angolano com relação a essa situação, uma vez que os anos de 2020 a 2022 foram difíceis tanto internacionalmente como a nível nacional, pois, nesse período, a Angola já enfrentava várias crises. Assim, a pandemia da covid-19 ampliou a crise que o país já enfrentava, como a diminuição de empregos formais e de renda familiar e o aumento do nível de pobreza.

Angola, oficialmente denominada República de Angola, é um dos países da África localizado na costa ocidental da África Austral, fazendo fronteira ao Norte com a República Democrática do Congo, ao Sul com a Namíbia, ao Leste com a Zâmbia e ao Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. É o sexto país da África com maior dimensão territorial, com uma área de 1.246.700 Km<sup>2</sup>, e é composto por 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas, de acordo com os dados do censo de 2014. Entre as 18 províncias, temos: Uíge, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Zaire, Namibe e Luanda. (INE, 2014).

Atualmente, de acordo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), o país conta com uma população estimada de 34.094.077 de habitantes.

Luanda é a capital da República de Angola, fica localizada no seu centro norte e é a cidade mais populosa do país, o qual tem como língua oficial o português, além de outros idiomas considerados nacionais, como: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela.

Segue, abaixo, o mapa de Angola com suas respectivas províncias.



segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), ela já contava com uma população de 9.079.811 habitantes.

Uma explosão urbana na província mencionada começou a ser notada ao longo dos anos de 1960, quando a cidade e os *musseques* reuniam uma população de 224.540 habitantes. Já no Censo de 1970, a cidade registou 561.145 habitantes e, no último Censo, realizado em 2014, os resultados preliminares do recenseamento geral da população e habitação mostraram uma grande explosão demográfica, que foi de 6.945.386 (Afonso, 2015; INE, 2014). Logo, podemos inferir que esse aumento populacional é decorrente dos atuais fluxos migratórios.

Luanda não é a maior cidade do país, em termos de território ou dimensão, mas, percebe-se que há um número maior da população concentrada na capital, que faz dela a mais populosa se comparada a outras províncias, tendo o total da população angolana composto por 51% de mulheres. Delas, aproximadamente 97% são trabalhadoras informais, o que destaca a forte influência desse mercado na economia angolana, representando mais de 70% da força de trabalho (INE, 2021). Por esse motivo, a cidade desempenha um papel central em todos os aspectos, especialmente na geração de empregos, renda, consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, na subsistência das famílias (PNUD, 2020).

É importante ressaltar que apesar de haver mulheres inseridas no mercado de trabalho, algumas em posições valorizadas monetariamente, a maioria ainda está nos mercados informais, realizando trabalhos precários. No estudo desenvolvido, foi possível identificar que muitas mulheres e famílias de Luanda sobrevivem com a renda proveniente de atividades informais e, para muitas famílias luandenses, essa renda é a principal, o que garante sua sobrevivência (Mendes, 2020).

Acerca disso, Carlos Lopes (2006) aponta a dificuldade e a precariedade do trabalho das mulheres no mercado informal de Luanda. O autor explica, ainda, que a resistência em permanecerem nesses trabalhos se dá pelo fato de ser um dos meios, para muitas, o único, de satisfazer as suas necessidades e de suas famílias.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral identificar os efeitos da covid-19 nas condições de trabalho das mulheres do setor de comércio informal em Luanda durante o período pandêmico (2020-2022). Logo, com o propósito de atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: compreender o modo de atuação e o cotidiano de trabalho das mulheres no setor de comércio informal durante a pandemia da covid-19; identificar os desafios vivenciados para sobreviver no período da pandemia; e verificar e documentar as medidas e políticas implementadas pelo governo angolano direcionadas às mulheres do mercado informal durante o período da pandemia da covid-19.

O impacto do cenário pandêmico da covid-19 nas condições de trabalho das mulheres angolanas do mercado informal não diverge muito de outras mulheres de outros países, tal como o Brasil, uma vez que, aqui, as mulheres, em sua maioria, também estão inseridas nos trabalhos informais, setor este que mais foi impactado durante a pandemia da covid-19 (Câmara dos Deputados, 2020). Desta feita, o intuito desta pesquisa é que o estudo colabore não somente na sociedade angolana luandense, mas para outras sociedades, já que o cenário pandêmico foi uma adversidade mundial.

Com o cenário pandêmico da covid-19, foram tomadas medidas preventivas para a preservação da saúde da população, trazendo alterações no mundo. Na vida das mulheres de Luanda, especificamente as inseridas no mercado informal, não foi diferente: as alterações que ocorreram durante a pandemia impactaram no bem-estar das vendedoras informais, pois houve quarentena, encerramento das fronteiras – afetando o modo de aquisição dos produtos de algumas mulheres – e limitações no transporte, dos dias, horários e espaços de trabalho dessas mulheres (distanciamento social). Essa medida preventiva alterou o ambiente de trabalho e, durante a pandemia, impossibilitou o ganha pão de algumas famílias, porém, apesar do estado de emergência (proibições do governo), muitas mulheres continuaram com as suas atividades (Telo, 2021). Frente a isso, observou-se que o governo angolano implementou uma política pública social, a qual foi aprovada em março de 2020: o programa Kwenda.

Nesse cenário, a fim de responder aos objetivos desta pesquisa, em um primeiro momento, o estudo esteve focado na revisão bibliográfica e documental em uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. Segundo Antônio Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é alcançada por meio de materiais já existentes, incluindo monografias, livros, dissertações, teses, artigos científicos, entre outros.

Já a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, uma vez que se desenvolve por meio de dados ou materiais já existentes. Contudo, há diferença nas fontes dos dados: a pesquisa bibliográfica se aplica a materiais que já foram analisados por outros autores, enquanto a pesquisa documental se aplica a materiais que não foram analisados e que o serão em primeira mão, como os documentos dos *sites* oficiais, gravações, reportagens de jornais, etc. (Gil, 2008).

De acordo com Neves (2010), a abordagem qualitativa é um método que não se baseia na enumeração de eventos nem utiliza ferramentas estatísticas para analisar dados. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador compreende os acontecimentos sob a ótica dos participantes, realizando a interpretação dos fenômenos em estudo.

Para Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como propósito a elaboração de uma descrição detalhada das características de um fenômeno específico, estabelecimento ou população, além de realizar o levantamento de opiniões, crenças e atitudes relacionadas a um determinado tema. Para atingir os objetivos desse tipo de pesquisa, são empregadas técnicas de coleta de dados alinhadas com o propósito de descrever as características de um grupo, como idade, nível de escolaridade, renda, sexo, entre outros (Gil, 2008). No contexto deste estudo, o foco foi a descrição das particularidades do trabalho desenvolvido por mulheres que atuaram no comércio informal de Luanda no período da pandemia da covid-19, conforme delineado nos objetivos estabelecidos.

Para elaboração deste trabalho, na primeira etapa, foram utilizados documentos já disponíveis em *sites* institucionais oficiais de Angola, Instituto

Nacional de Estatística (INE), ONJANGO Feminista<sup>5</sup>, O Programa de Apoio aos Actores não Estatais (PAANE), Legislações presidenciais, Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ainda, foram usados documentos como relatórios, decretos presidenciais, artigos, notícias e reportagem de jornais, com o intuito de obter informações de temas relacionados à vida e ao cotidiano de mulheres no mercado de trabalho informal da cidade de Luanda no período da pandemia da covid-19.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, com a finalidade de colher mais informações sobre o problema de pesquisa a ser estudado, as quais foram realizadas por intermédio questionário semiestruturado para confirmar a hipótese dada ou descobrir novas questões relacionadas a permanência das mulheres no mercado informal em Luanda durante o período pandêmico. De acordo com Gil (2008), a pesquisa de levantamento de campo é um tipo de pesquisa realizada por meio de conversa, em que o indivíduo que se pretende estudar é questionado diretamente, com o intuito de reunir informações sobre o tema em questão para, posteriormente, fazer uma análise quantitativa ou qualitativa. Desta feita, pela limitada documentação referente ao impacto da pandemia da covid-19 nas condições de trabalho das mulheres que estão inseridas nos mercados informais de Luanda, foi realizada a pesquisa de levantamento de campo, por meio de entrevistas, a fim de responder aos objetivos propostos neste trabalho.

Segundo Gil (1995), a pesquisa social pode ser compreendida como um processo que segue os parâmetros estabelecidos pelo método científico, sendo essencial para a explicação e obtenção de novos conhecimentos sobre fenômenos sociais. Dessa forma, é possível inferir que esta pesquisa visa proporcionar resultados ou respostas relacionadas a um problema específico. Ainda, Cerro, Bervian e Silva (2014) afirmam que a finalidade de uma pesquisa varia conforme o nível de experiência do pesquisador e suas habilidades.

---

<sup>5</sup> Coletivo feminista autónomo de ativismo e educação e prol da realização dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas em Angola.

Assim, para dar início à coleta de campo, elaborou-se o roteiro semiestruturado e a pesquisa foi conduzida com mulheres que atuam no mercado informal do Kikolo, incluindo tanto as zungueiras como as quitandeiras. Além disso, é válido frisar que, na presente pesquisa, se optou pelo município de Cacuaco e o mercado do Kikolo por este fazer parte dos três mercados que recebem mais pessoas nessas atividades e se destacar como o principal fornecedor de alimentos no município de Cacuaco.

A população de estudo se compôs por 20 mulheres com o seguinte critério de inclusão: ter vendido no mercado informal antes e durante a da pandemia, comercialização de bens alimentícios no período pandêmico e estar no mercado do Kikolo durante as entrevistas. A seleção das participantes foi baseada no acesso, ou seja, por acessibilidade, considerando as dificuldades em convencê-las a participar das entrevistas devido ao medo de represália que algumas tinham em discutir certos temas e pelo medo das autoridades públicas, como fiscais e policiais.

Nessa situação, a abordagem utilizada para determinar o tamanho da amostra foi a saturação, em que a aplicação da entrevista foi encerrada assim que as informações coletadas em um determinado ponto se tornaram convergentes. Esse critério foi considerado suficiente para alcançar uma compreensão adequada do fenômeno em questão.

Ademais, por falta de condições para a autora se deslocar até Angola, a fim de realizar as entrevistas, foram delegadas pessoas para auxiliar neste quesito. Assim, a pesquisa teve dois entrevistadores, ambos angolanos que já trabalharam na coleta de dados do Censo de Angola, um de sexo feminino e outro masculino, formados na área de gestão de empresas e engenharia de minas, respectivamente.

Com relação à coleta dos dados, esta foi realizada por meio de entrevistas com roteiro estruturado e teve duração de 3 dias, no mês de agosto de 2023, após a aprovação do comitê de ética da Unesc. As entrevistas foram feitas com auxílio de um gravador juntamente com as folhas impressas do roteiro. Todavia, a não aceitação das entrevistadas em autorizar que os entrevistadores gravassem fez com que algumas entrevistas fossem apenas

escritas no roteiro. Cada entrevista durou em média de 9 a 12 minutos e foi transcrita na íntegra. Das 20 entrevistadas, 8 eram zungueiras e 12 quitadeiras. Para a descrição e análise dos relatos, as entrevistadas foram enumeradas: de Z1 a Z8 para as mulheres zungueiras e Q1 a Q10 para as mulheres quitadeiras, que vendiam nas bancadas.

Para uma análise completa do tema em questão, é essencial estabelecer uma base teórica sólida, que compreenda os elementos fundamentais em estudo. Então, esta pesquisa se propõe a apresentar os fundamentos teóricos provenientes de diversos autores, a fim de embasar a argumentação e compreender as principais categorias de análise. Assim, abordaremos a questão do trabalho informal, utilizando como base os conceitos da Organização Internacional do Trabalho. Além disso, exploraremos o trabalho informal e a informalidade no contexto específico de Angola e Luanda, a partir, principalmente, dos escritos do autor Carlos Manuel Lopes. Também, será discutido o trabalho das mulheres em Angola, fundamentando-se nas contribuições das pesquisadoras Florita Telo, Helena Hirata e Danièle Kergoat. Por fim, será analisada a categoria de políticas públicas usando Philippe C. Schmitter e Maria das Graças Rua como autores basilares.

Finalmente, este trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda um breve panorama histórico, social, cultural e político de Angola, contextualizando a trajetória do período colonial, período da independência até a passagem pela guerra civil. Destaca as migrações tanto internas como externas e, as consequências no mercado de trabalho, acarretando um número elevado de pessoas em trabalhos informais. Ainda no mesmo capítulo abordou-se sobre as concepções de trabalho e a trajetória das mulheres nas atividades informais em Angola. Aborda-se ainda, o posicionamento do governo angolano por meio de políticas públicas e sociais, tanto de proteção como de subsistência às mulheres do mercado informal, tanto antes da pandemia como durante o período da pandêmico; e o segundo capítulo apresenta os desafios e resistências das mulheres do mercado informal da cidade de Luanda no tempo da crise da pandemia da Covid-19, destacando os

dados levantados durante a pesquisa; por fim as considerações finais e as sugestões para as futuras pesquisas.

## **2. ANGOLA: UM PANORAMA HISTÓRICO, SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO**

Neste capítulo, são apresentados estudos diretamente relacionados ao tema de pesquisa, a fim de entender o problema de pesquisa. Com base nas categorias estabelecidas, foi realizada uma pesquisa sobre as principais variáveis envolvidas. O capítulo aborda a questão histórica, social, cultural e política de Angola, desde o processo de colonização até a independência, incluindo migrações e conflitos subsequentes. Explora-se também a presença e a influência da cultura bantu na sociedade angolana e seu impacto na vida das mulheres, tanto historicamente quanto atualmente. Além disso, discute-se como a divisão sexual do trabalho em Angola tem influenciado indiretamente a participação das mulheres em atividades informais. O capítulo aborda a situação das mulheres no mercado de trabalho informal em Angola, analisando a natureza da informalidade, o funcionamento do mercado informal e as atividades informais desempenhadas pelas mulheres no contexto angolano. Por fim, são discutidas questões relacionadas à implementação e direcionamento de políticas públicas sociais para as mulheres envolvidas nessas atividades informais, especialmente durante o período da pandemia da COVID-19.

Com base em diversas referências teóricas especializadas no assunto, visa contextualizar Angola em seus aspectos históricos, sociais e culturais, a fim de fornecer uma compreensão abrangente da constituição do trabalho informal no país, especialmente seu aumento acentuado na capital, Luanda. Desta feita, o tópico visa trazer um pouco da história do país, destacando a colonização, a independência, os conflitos armados e a diversidade étnica cultural, até o momento em que Angola alcança a paz com o fim da guerra civil, uma vez que esses períodos influenciaram diretamente nas estruturas sociais e econômicas presentes hoje.

Assim, pensando no período de colonização, no ano de 1484, os portugueses chegaram em Angola, liderados por Diogo Cão, desembarcando nas imediações do rio Congo, localizado na região norte do país. Logo, a partir do século XVI, após a fundação da cidade de Luanda, os portugueses começaram a explorar o país. Tal empreendimento consistiu na instalação de

um posto de exploração escravagista no território angolano, o qual perdurou por cerca de quatro séculos.

A intenção que os portugueses tinham ao chegar em Angola era a de explorar os recursos naturais e promover o tráfico negreiro, o que resultou em um período de colonização que durou até 1975 (Angola, 2015a). Nesse tempo, os escravizados eram destinados a trabalhar arduamente em condições precárias e em várias atividades econômicas, gerando lucros exorbitantes para os envolvidos na prática. Esse tráfico afetou drasticamente a população, trazendo inúmeras mortes e deixando profundas marcas sociais e culturais no país, pois os angolanos foram retirados de suas terras e submetidos a condições sub-humanas de trabalho.

Essa longa exploração portuguesa provocou diversas formas de resistência contra a dominação colonial, sendo intensificada no continente africano na década de 1945. Contudo, Portugal resistiu a renunciar suas colônias, incluindo Angola, o que desencadeou um conflito armado no território. Então, a partir da década de 1950, surgiram movimentos de resistência contra a dominação colonial politicamente mais estruturados e declarados, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956, a União para a Independência Total de Angola (Unita) em 1966 e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em 1961, os quais foram os principais atores na luta pela independência do país (Sodepac, 2013).

Durante esse período de lutas pela independência, o país passou por conflitos internos, pois houve divergências entre os movimentos MPLA, FNLA e Unita. O MPLA se destacou pela sua estratégia de se instalar previamente na capital e nas principais estruturas administrativas e empresariais, a fim de confrontar melhor seus concorrentes. Enquanto isso, a FNLA e a Unita se concentravam em outras áreas do país, cada uma em sua zona de influência, preparando ofensivas contra as áreas onde os outros movimentos estavam fixados. Essa estratégia fez com que a guerra civil ficasse oculta por um tempo (Agostinho, 2011).

Finalmente, após uma prolongada guerra de independência que se estendeu até 1974, no dia 11 de novembro de 1975, foi assinado o Acordo de

Alvor, em Portugal. Esse acordo estabeleceu um governo provisório a ser exercido por representantes da MPLA, FNLA, Unita e do governo português. No entanto, a disputa armada entre os movimentos políticos envolvidos – MPLA, FNLA e Unita – resultou na divisão do país em grandes regiões, sendo a maioria delas dominada pela MPLA, enquanto a Unita e a FNLA controlavam as restantes.

A Independência de Angola foi um evento histórico e social de grande importância que impulsionou o país a enfrentar os novos desafios decorrentes do desenvolvimento. Entretanto, a busca pelo poder e os desacordos entre os diferentes movimentos envolvidos nas lutas de libertação, sob a influência da comunidade internacional, desencadearam uma guerra civil entre os angolanos. Essa guerra civil ocorreu em três períodos caracterizados por intensos confrontos, intercalados por períodos de trégua, tendo impactos variados em cada província e na vida da população (Félix, 2021). Os fatores que impulsionaram e intensificaram essa guerra, trazendo destruição e a separação dos movimentos, foram a busca pela conquista do poder, a diferença entre as ideologias (MPLA, FNLA e Unita), a disputa da zona de interesse de cada movimento e pela liderança na luta de libertação e a busca de intervenção e apoio direto de forças regulares de países estrangeiros (Agostinho, 2011).

Assim, Angola enfrentou um período de guerra civil extremamente violento, por quase quatro décadas, que começou após a Proclamação da Independência em 1975 e terminou somente em 2002. Como consequência desse conflito, muitos angolanos foram forçados a abandonar suas casas e se tornaram deslocados internos ou emigraram para outros países, incluindo República Democrática do Congo, Brasil, Portugal e Namíbia. Além disso, a guerra causou a paralisação da economia, o aumento da pobreza da maioria da população e a vulnerabilidade de grupos como mulheres, crianças e idosos. Outrossim, durante esse período, milhares foram mortos e feridos e houve destruição de cidades e da infraestrutura do país, o que levou a uma migração da população rural, uns para as cidades e outros para os países vizinhos (Sodepac, 2013). Por isso, muitas famílias ficaram desestruturadas e muitos

angolanos encontraram oportunidade apenas em trabalhos informais, entre eles o de vendedores ambulantes.

Após a guerra civil (1975-2002), o mercado de trabalho carregou um impacto negativo, pois ficou plenamente destruído. Isso trouxe baixa procura da força de trabalho e, por consequência, reduziu o poder de compra e o rendimento de muitas famílias angolanas. Então, as famílias se sentiram pressionadas a buscar novos caminhos como alternativas de geração de recursos no mercado informal (Paane, 2015).

Sobre as causas ou motivos que levaram as mulheres a ingressarem no mercado informal em Angola, Lopes (2007) observa que o aumento da participação de mulheres e crianças no mercado informal pelas ruas da cidade de Luanda foi o superpovoamento motivado pela guerra, a qual aumentou a procura de bens e serviços por parte da população e, da mesma forma, o número da população consumidora.

## 2.1 TRADIÇÕES CULTURAIS E ESTRUTURAS FAMILIARES EM ANGOLA

A população de Angola exhibe uma rica diversidade cultural sendo caracterizada pela convivência de diversos grupos sociais, cada um com identidades sociais e étnicas distintas, porém, na sua maioria, é da origem Bantu. Além disso, destacam-se os seguintes grupos: Kwanyama, Nganguela, Nkhumbi, Nganguela, Nyaneka, Ovambo, Ovimbundo, Bakongos, Ambundu e Lunda-Chokwe. Acredita-se que esses quatros últimos grupos apresentam cerca de três quartos da população do país (O. A. Santos, 2010).

Acerca disso, é válido ressaltar que a palavra Bantu não se refere a uma unidade racial, mas a uma diversidade de grupos étnicos, culturais e linguísticos, tendo a sua formação como resultado de uma grande variedade de interações. Essa categoria possui cerca de 500 povos que compartilham uma civilização comum e línguas relacionadas, porém que mantêm suas distinções individuais (Alfredo, 2018). Ademais, o conceito de Bantu é explicado a uma cultura que preserva sua unidade e foi desenvolvida por povos de ascendência negra. A raiz linguística "ntu", que está presente em muitas línguas Bantu,

significa “homem” ou “pessoa humana”, já o prefixo “Ba” forma o plural da palavra “Muntu”, a qual é pessoa (Alfredo, 2018).

Os povos Bantus, em alguns grupos étnicos na África Central, seguiam um sistema de parentesco matrilinear que abrange questões como estratificação social, descendência, sucessão e herança, ou seja, reflete numa característica cultural específica, em que a linhagem de parentesco é traçada pela materna. Todavia, apesar da descendência e das linhagens serem organizadas no sistema matrilinear, é importante frisar que a autoridade do poder e o poder político, mesmo em sistemas matrilineares, muitas vezes eram tradicionalmente permanecidos nas mãos dos homens, isto é, alguns papéis centrais eram exercidos por homens e não pelas mulheres. Isso destaca a complexidade das estruturas sociais e de gênero em culturas específicas em que elementos matrilineares podem coexistir com sistemas de poder que, tradicionalmente, favorecem os homens (Munanga, 1996). Contudo, é necessário realçar que nem toda região era ou tinha sucessão matrilinear, pois, existiam comunidades ou regiões que utilizavam o sistema patrilinear (Silva, 2018).

Neste sistema matrilinear, a atribuição de tarefas variava de acordo com os costumes de cada grupo. As suas estruturas apresentavam semelhanças ao sistema patrilinear, a sua diferenciação estendia-se apenas a valorização das tradições ao manejo da terra e a divisão de responsabilidade. Dentro desses grupos, por exemplo, atividades como caça, pesca e proteção eram, geralmente, designadas para homens, mas existiam tarefas compartilhadas entre ambas as partes, como o preparo da terra para as atividades agrícolas, particularmente evidente em sociedades matrilineares presentes em Angola.

No entanto, apesar de haver essa prática compartilhada no contexto agrícola, essa colaboração era predominantemente limitada ao manejo da terra para o cultivo, já que os demais serviços e responsabilidades recaíam, principalmente, sobre as mulheres. Desta feita, elas desempenhavam diversas funções na comunidade, incluindo preparação de alimento, coleta de lenha, fabricação de utensílios de cozinha e criação de objetos pessoais (Silva, 2018). Essas responsabilidades ilustram a distribuição específica de papéis de gênero

dentro das sociedades, evidenciando a contribuição das mulheres em áreas como a manutenção da família, a preparação de alimentos e a fabricação de utensílios essenciais para a vida cotidiana.

Levando em consideração o cenário brevemente exposto, se faz necessário aprofundar as principais características dos sistemas matrilinear e patrilinear, tendo como principal objetivo contextualizar essas relações historicamente produzidas em Angola. Ainda, é importante destacar que não pretendemos generalizar as práticas, já que elas são flexíveis no tempo e diversas quando se fala de características regionais. Assim, essa explanação permite compreender valores e práticas que sofreram influências dos colonizadores, mas que ainda apresentam permanências no cotidiano.

Além disso, vale frisar a questão em torno do direito à posse de estado do filho, um termo utilizado no contexto legal que engloba o nome do filho, a reputação e o tratamento e é reservado exclusivamente ao pai ou, mais precisamente, à família paterna (*Pater*). Nessa perspectiva, é essencial que o filho seja identificado pelo nome do pai, o que equivale a dizer que ele carrega o sobrenome da família paterna. Essa prática reflete a importância dada à continuidade e identidade da linhagem paterna na atribuição do nome e *status* social ao filho. Portanto, a posse de estado do filho, nesse contexto, é considerada uma expressão direta da filiação e conexão com a família do pai (Altuna, 2014 apud Sucumula, 2020).

Desse modo, a socialização primária e secundária do filho é influenciada pela linhagem masculina, a qual transmite princípios e orientações essenciais para a vida como membro da família e da sociedade. Essa instrução na vida social é frequentemente associada à autoridade dos pais, sendo comum ouvir mães direcionando questões, problemas e decisões para eles. Assim, a autoridade, sobretudo, repousa no membro mais velho da linhagem, conhecido como *pater* família, detentor exclusivo dos poderes decisórios. Logo, com relação à estrutura da família, esta é caracterizada pela virilocalção, em que, após o casamento, a mulher deixa sua família de origem (família, clã ou tribo) para se unir à do marido. Ademais, no sistema patrilinear, os homens têm o

direito de herdar a terra e a propriedade habitacional, enquanto as mulheres não desfrutam desses direitos de herança (Altuna, 2014 apud Sucumula, 2020).

No sistema em questão “patrilinear”, o tio materno é considerado o pai ideal, exercendo poderes equivalentes aos do genitor sobre os filhos. A autoridade do genitor, ou pai, é limitada e, principalmente, manifestada dentro do lar, onde ele possui controle sobre a sexualidade da esposa e o resultado de seu trabalho dentro de casa (Altuna, 2014 apud Sucumula, 2020).

Contrariamente, o marido não exerce autoridade no grupo familiar da esposa ou sobre seus próprios filhos. Em vez disso, ele detém esse poder sobre sua irmã e sobrinhos. Então, apesar do destaque e importância da mulher, o sistema não pode ser categorizado como gineocrático, em que as mulheres governam, pois o detentor do poder paternal não é nem o esposo nem a esposa, mas o tio, ou seja, o irmão mais velho desta. Assim, argumenta-se que esse sistema é tão patrilinear quanto o sistema patrilinear convencional, pois, mesmo que o poder não seja exercido pelo pai, é assumido pelo tio.

Isso posto, compreende-se que a cultura bantu é distintiva das comunidades da África negra e exerce uma forte influência na vida comunitária de Angola, especialmente nas áreas rurais que permaneceram relativamente intocadas pela influência da colonização, modernização e globalização. Em termos gerais, essa cultura é marcada pelo domínio patriarcal e pela gerontocracia, em que o poder é predominantemente exercido pelos homens e pelos mais velhos, os quais são vistos como as autoridades normativas da comunidade. Esses elementos culturais moldam as estruturas sociais e os valores nas comunidades bantu em Angola, definindo as relações de poder e autoridade dentro da sociedade (Da Silva, 2009).

Em linhas gerais, a cultura supracitada atribui um papel secundário às mulheres, limitando sua influência, principalmente, ao âmbito doméstico, em que elas desempenham apenas o papel de esposa, mãe cuidadora e educadora. Logo, é importante interpretar esses elementos culturais reconhecendo sua diversidade e compreendendo como contribuem para a identidade e para a organização social nas comunidades bantu em Angola (Da Silva, 2009).

O fato frisado acima impede a conclusão da escolaridade obrigatória das mulheres, visto que, socialmente, para desempenhar o papel doméstico ou de cuidadora, essa educação não é considerada essencial, colocando a mulher em uma posição de subordinada, esperando que ela honre a família ao aceitar o casamento, enaltecendo o marido e assumindo a gestão de lar. Isso reforça um determinado papel social sendo moldado pela socialização em contextos comunitários, nos quais a iniciação feminina desempenha o papel de “instruir e preparar as jovens para todas as funções femininas” (Altuna, 1993 apud Silva, 2011). Portanto, percebe-se que as estruturas sociais tradicionais e as práticas culturais restringem o papel da mulher, limitando suas oportunidades educacionais e reforçando estereótipos de gênero, especialmente os associados à maternidade e às funções domésticas.

A iniciação feminina é apresentada como um meio de conformar as jovens aos padrões culturais estabelecidos, perpetuando, assim, a subordinação tradicional da mulher e fazendo com que deixe de frequentar a escola para se preparar para o casamento e para a maternidade, o que vai resultar em oportunidades limitadas de participação e influência social para ela. Isso leva a uma redução significativa das chances de envolvimento e interação social para as mulheres, deixando aos homens a responsabilidade de tomar decisões (Altuna, 1993 apud Silva, 2011). Essa situação reflete a divisão de gênero enraizada em que há exclusão de mulheres nas esferas de poder e tomadas de decisão, enquanto homens assumem papéis de liderança e autoridade em Angola.

Todavia, a urbanização na África tem trazido uma nova perspectiva sobre o papel da mulher, associando sua capacidade de participação social e geração de renda a um *status* social antes negado. No entanto, apesar dessas mudanças, a influência cultural ancestral em Angola ainda prevalece nas áreas rurais, onde não há igualdade de gênero e a mulher é, muitas vezes, vista como um “elemento suplementar” dentro dessa estrutura cultural arraigada que destaca a persistência das normas tradicionais de gênero e molda as interações sociais e as oportunidades para as mulheres.

Atualmente, com as consequências da colonização e o fenômeno da globalização, a estrutura familiar em Angola, especialmente nos centros urbanos, adota uma configuração mista, como é o caso de Luanda. Essa é uma das características das sociedades humanas modernas: adotar um sistema identificando como misto, incorporando elementos tanto do sistema patrilinear como do sistema matrilinear.

Ademais, essa abordagem mista na constituição da família reflete uma adaptação a tradições culturais, influências históricas e dinâmicas contemporâneas. Além disso, a coexistência de elementos patrilineares e matrilineares sugere uma resposta flexível às mudanças sociais ao longo do tempo, pois essa diversidade na estrutura familiar pode ser vista como uma resposta à complexidade das intenções culturais e sociais que caracterizam as sociedades modernas em Angola (Altuna, 2014 apud Sucumula, 2020).

## 2.2 FENÔMENO MIGRATÓRIO E O IMPACTO NO MERCADO INFORMAL EM LUANDA

Os conflitos como guerras, crises políticas, econômicas, culturais e/ou causas naturais têm contribuído de forma significativa para o crescimento de deslocamentos populacionais em escala maior, tanto de refugiados como de migrantes, em todo mundo. A migração tem múltiplas consequências para as sociedades de origem e para os migrantes, pois, estes, na sua maioria, se deslocam saindo de lugares onde não há nenhuma ou menos oportunidade e indo para locais onde há mais oportunidade e o crescimento econômico é mais visível. Portanto, o fluxo e o retorno de remessas, ideias e tecnologia ao país de origem são capazes de gerar transformações positivas a ele (Castles, 2010).

Segundo Lopes (2013b), a história da migração em Angola, principalmente das zonas rurais para a urbana, está relacionada com o conflito interno que o país passou nos anos de 1975 a 2002. Após Angola alcançar a independência no ano de 1975, passou por um longo período de guerra civil, afetando significativamente as zonas rurais do país. Com isso, notou-se um aumento de forma exponencial das migrações internas, do rural para o urbano,

especificamente para Luanda, mas, também, das migrações externas, em que o povo se refugiava nos países vizinhos (Lopes, 2018).

Outrossim, o mesmo autor (Lopes, 2018) afirma que, depois que a guerra findou, em 2002, não houve um retorno significativo para as zonas rurais e a população ainda migrava por causa das condições de vida: uma vez que a guerra civil deixou estas zonas defasadas, o povo saía delas para outros centros urbanos, buscando oportunidades de geração de rendimentos (Lopes; et el, 2013).

Além disso, ocorreram as migrações externas, por meio das quais um fluxo populacional se refugiou, durante a guerra civil, em países vizinhos, como República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e Namíbia. Entretanto, após a guerra civil, percebe-se a retomada em massa dos refugiados ao país, muitos dos quais se instalaram nos centros urbanos, concretamente em Luanda, por esta oferecer mais oportunidades. Desta feita, os anos que sucederam 2002, após o acordo de paz, ficaram conhecidos como a época de retorno dos angolanos que migraram para os países vizinhos (Coelho, 2021).

Esse processo migratório, tanto interno como externo, acelerou a urbanização e, como resultado, foi responsável pelo aumento do número de pessoas em Luanda e um “*boom* demográfico” que não foi acompanhado pelo crescimento econômico local (Silva, 2010). Em decorrência disso, aconteceu a escassez de oferta de trabalho e o número elevado da população, que colaboraram com a urbanização desorganizada das sociedades e, como consequência, houve o aumento das atividades informais na zona urbana, especificamente em Luanda, com a finalidade da subsistência da população. Sendo assim, ao invés de promover a criação de excedente relativo de força de trabalho, aparece a informalidade para as pessoas que ficaram afastadas do processo industrial (Menezes; Dedecca, 2012).

De acordo com Dagoberto José Fonseca e Simone de Loiola Ferreira Fonseca (2017), o povo que tinha pouca ou nenhuma qualificação profissional (por exemplo, os que não eram fluentes na língua portuguesa) acabava por se inserir nos mercados informais de Luanda. Isso se dava para todos, tanto mulheres quanto homens e crianças.

Desse modo, podemos dizer que o fluxo maior do mercado paralelo angolano começou a se desenvolver logo após a independência do país, em 1975. Embora não tenha sido um fenômeno exclusivo desse período, suas causas podem ser atribuídas a fatores econômicos e políticos, bem como à produção e gestão econômica implementada. Nesse período, o sistema em vigor consistia no comércio centralizado, na fixação de preços para a maioria dos bens e serviços essenciais e os mercados municipais, que operavam sob regras estabelecidas pelo governo e estavam sujeitos a regulamentações rígidas de preços e comércio, tornavam-se pouco atraentes para os comerciantes. Isso impediu que os negócios fossem feitos nesses mercados oficiais, fazendo com que a população criasse os mercados paralelos a fim de poder comercializar.

Além disso, a guerra civil que devastou o país e a destruição generalizada de infraestruturas econômicas e sociais favoreceram o desenvolvimento de mercados paralelos, uma vez que a instabilidade causada pela guerra civil e a escassez de recursos tornaram muito difícil manter um sistema de comércio formal em funcionamento. Como resultado, os comerciantes não podiam mais fazer negócios nos mercados municipais e, em resposta, começaram a estabelecer pontos de comércio paralelos de forma espontânea em diversos lugares, criando suas próprias regras e dinâmicas comerciais (Queiroz, 2016).

Contudo, mesmo com o enfraquecimento do setor formal, os migrantes buscavam as maiores cidades, pois nelas tinham funções diversificadas, como a informalidade, com o intuito de possibilidade para a sobrevivência dessas famílias. Desta feita, no pós-guerra, Angola recebeu milhares de refugiados vindo de países vizinhos, como Zâmbia, Namíbia, Brazaville, República Democrática do Congo, entre outros países da África, o que contribuiu para seu salto de crescimento populacional (Sebastião, 2012).

Nesse contexto, é relevante destacar que muitos migrantes encontram sua inserção, principalmente, em atividades laborais informais, devido à sua condição de indocumentados, o que, frequentemente, os afasta do mercado formal. Além disso, o aumento dos fluxos migratórios contribui para a crescente complexidade das atividades informais.

## 2.3 TRABALHO INFORMAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A economia informal surge em um contexto caracterizado por altas taxas de desemprego, subemprego, pobreza, desigualdade de gênero e trabalho precário. Nesses cenários, ela desempenha um papel significativo, especialmente na geração de renda, devido à relativa facilidade de ingresso e aos baixos requisitos de educação, qualificações, tecnologia e capital. No entanto, é importante ressaltar que a maioria das pessoas entra na economia informal não por escolha, mas por necessidade de sobrevivência e para ter acesso a atividades que lhes garantam um rendimento básico (OIT, 2014).

Pensar a economia informal é, também, pensar nas questões de gênero. A análise de gênero desempenha um papel importante ao problematizar os significados atribuídos à feminilidade e masculinidade ao longo dos diferentes períodos históricos. Acerca disso, é útil questionar o fato de que, na sociedade, as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são frequentemente baseadas no sexo biológico, carregando consigo conotações biológicas. Essas explicações têm como objetivo principal estabelecer hierarquias que sustentam relações desiguais e de dominação no contexto específico das relações de gênero (Alvarenga; Vianna, 2012).

Apesar de a divisão sexual do trabalho ser uma temática já discutida em outros países, o conceito assentou-se nos anos de 1970 na França, com o estímulo ou incentivo do movimento feminista, pois as mulheres se sentiam oprimidas pela quantidade de trabalhos realizados de forma gratuita, não apenas para seus benefícios, mas para benefício de outros e sem reconhecimento. Desta feita, as mulheres fizeram denúncias, reclamando do cansaço em fazer serviços não reconhecidos e não remunerados pela sociedade, por serem considerados trabalhos “naturais” das mulheres, porém, que eram invisíveis e realizados em nome do amor e do dever materno.

Com a ampliação dos debates, o trabalho doméstico passou a ser discutido como uma função ou serviço do mesmo modo que era considerado o trabalho profissional, abrindo possibilidades de reflexões sobre sua divisão sexual, ou seja, a importância do trabalho doméstico junto a do profissional ajudou nas reflexões da “divisão sexual do trabalho” (Hirata; Kér goat, 2007).

Essa divisão sexual do trabalho se trata da forma como os trabalhadores são divididos, do resultado das relações sociais entre os sexos, diferenciando homens e mulheres nas atividades ou ocupações, respectivamente, nas esferas produtivas e reprodutivas, e colocando as mulheres em cargos ou posições com menores valores sociais se comparados aos dos homens.

Ademais, Hirata e Kergoat (2007) trazem dois princípios que caracterizam a divisão de trabalho entre os sexos: i) o princípio da separação: em que existem trabalhos ofertados especificamente para homens e outros para mulheres; e (ii) o princípio hierárquico: dando mais valor, não só econômico, mas social, aos trabalhos ofertados para homens em relação aos ofertados às mulheres.

Segundo Nara Carvalho, vice-coordenadora do programa de extensão do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e professora do departamento de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – Governador Valadares (UFJF-GV), a divisão sexual do trabalho é uma maneira de dominar as mulheres. Ainda, a docente ressalta que, por meio dessa divisão sexual, surge a divisão desigual de tarefas domésticas, em que trabalhos de cuidado como cozinhar, educar, cuidar e limpar passaram a ser considerados como especificamente pertencentes às mulheres, pois a elas caberia a função de servir aos outros, deixando-as em posições inferiores se comparadas aos homens. Além disso, a professora salienta que a divisão sexual do trabalho acarreta na desigualdade entre homens e mulheres tanto salarial quanto nas funções ocupadas (UFJF, 2020).

Ainda, conforme Nayara Medrado, a desigual distribuição das tarefas domésticas resulta em sobrecarga para as mulheres, deixando-as ainda mais dependentes economicamente dos homens. Ela ressalta que o trabalho reprodutivo realizado dentro de casa, como amamentação, cozinha, educação, cuidados e limpeza, é fundamental para a reprodução da nossa sociedade, pois é responsável por formar, manter e reproduzir a força de trabalho. No entanto, esse serviço é não remunerado e invisível, disfarçado como uma simples atividade de cuidado e afeto, convencendo-nos de que é uma responsabilidade natural das mulheres. Essa divisão de tarefas faz com que as mulheres sejam

sobrecarregadas em termos de trabalho, o que acarreta uma série de consequências, como, geralmente, continuarem dependentes economicamente dos homens ou ocuparem posições extremamente precárias no mercado de trabalho (UFJF, 2020).

Isso posto, a desigualdade de gênero é identificada como uma das principais razões para as disparidades de oportunidades, uma vez que homens e mulheres são tratados de forma diferenciada dentro da família e pela sociedade, dando mais possibilidades e privilégios para eles do que para elas, o que resulta em uma participação maior dos homens no exercício da cidadania (Domingos, 2018).

#### 2.4 MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL EM ANGOLA

Historicamente, o trabalho pode ser conceituado como a forma que os indivíduos criam para gerar bens e serviços indispensáveis a fim de satisfazer a sua subsistência. Também, como toda e qualquer ocupação ou atividade que um indivíduo executa usando o seu esforço com a finalidade de obter um resultado (Kon, 2016). O debate em torno do conceito de informalidade permeia o campo das análises sociais como algo complexo e de características fluidas, o que dificulta a tarefa de estabelecer a ela uma definição abrangente. Geralmente, esse conceito é comumente definido pela negação do que é considerado formal, indicando tudo o que não está devidamente regulamentado pelas normas apropriadas. Dessa forma, um trabalhador informal é aquele cuja relação laboral não é formalizada por meio de um contrato legal, pois a empresa não possui todos ou nenhum registro necessário para que ele opere legalmente, ou seja, uma transação comercial informal é aquela que não é devidamente documentada com os registros exigidos por leis e normas fiscais (Silva, 2018).

A presença generalizada, tanto na mídia como na literatura acadêmica, de expressões como “Informalidade”, “Economia informal”, “Mercado informal” e “Setor informal” tem consolidado esses termos ao ponto de torná-los praticamente indispensáveis quando se aborda a respeito das atividades e modalidades de trabalho urbanas, as quais aumentaram significativamente, no

período atual, em decorrência das transformações nos padrões de utilização e remuneração da força de trabalho (Pochmann, 1999).

No prefácio do documento elaborado pela Organização Internacional do Trabalho de 2006, Paulo Bárcia – na ocasião, diretor do escritório da OIT em Lisboa – mencionou que o termo Informal foi usado, pela primeira vez na instituição, em um dos relatórios da década de 1970, lhe concedendo algumas características: propriedade ou empreendimento familiar, facilidade de ingresso, uso intensivo do fator de trabalho e de tecnologia adaptada, origem e financiamento próprio de recursos, aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino e participação em mercados competitivos (OIT apud Cacciamalli, 2000).

Essa ausência de definição precisa, resulta no uso variado e abrangente do termo informalidade. Assim, várias iniciativas têm buscado estabelecer uma estrutura conceitual para abordar a informalidade, mas enfrentam desafios ao tentar criar uma estrutura abrangente e universal. Essas dificuldades estão relacionadas à diversidade de legislações entre os países e à falta de clareza sobre os objetivos específicos da análise ou das políticas a serem implementadas (Olinto, 2020).

Assim, o termo informal é identificado a partir de expressões como “Economia informal”, a qual engloba diversos trabalhadores, empresas e empresários que não são registrados, sendo expostos a desvantagens que variam de acordo com o lugar, seja urbano ou rural. Logo, de forma geral, se caracteriza como um conjunto de atividades não oficiais e isentas de tributações. Ademais, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2006), abarca todas as atividades econômicas realizadas por trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, seja por prática ou legislação, isto é, pelas disposições oficiais destinadas a enquadrar, regular e disciplinar tais atividades.

Já o termo “Setor informal”, em Angola, é reconhecido nos documentos oficiais do país e foi oficialmente adotado em documentos como o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), o programa desenvolvido de longo prazo – Angola 2025 e o Instituto Nacional de Estatística (INE). Este setor abrange uma variedade de atividades identificadas por sete

características distintas: a propriedade familiar dos recursos, a realização em pequenas escalas, o emprego de tecnologia intensiva em trabalho, a aquisição de conhecimento fora do sistema educacional formal, a participação em mercados competitivos e não regulamentados, a facilidade de entrada e saída e a utilização de recursos locais (Lopes, 2011).

Ainda, Lopes (2006) caracteriza a “Economia informal” como uma economia marginal, por causa das condições que cada setor apresenta, das desigualdades sociais e da incapacidade de produção dos países que estão em via de desenvolvimento. Segundo Hirata e Machado (2007), a informalidade está relacionada às condições de precariedade nos mercados de trabalho, não só no que tange às situações de trabalho, mas nas questões de rendimentos obtidos nessas atividades, pois nas atividades informais são ofertados apenas rendimentos para subsistência e sobrevivência. Por esse e outros motivos, muitos indivíduos, particularmente as mulheres, acabam se inserindo nesses mercados de trabalho.

Os indivíduos que trabalham na economia informal são tanto trabalhadores assalariados quanto autônomos. Embora muitos trabalhadores autônomos tenham controle sobre suas próprias atividades de trabalho, ainda são tão vulneráveis quanto os assalariados e, na sua maioria, são pessoas vulneráveis atingidas pela pobreza que carecem de proteção de direitos e representação (OIT, 2006). Em alguns países, essa economia é considerada como uma economia escondida, ilegal ou ilícita, mas os trabalhadores que estão inseridos nesses mercados produzem bens e serviços legais.

Em síntese, a economia informal engloba tanto as empresas quanto os trabalhadores de duas maneiras distintas: (i) o setor informal abarca empresas que não são formalmente constituídas, isto é, que não são registradas como entidades jurídicas independentes, independentemente de seus proprietários; (ii) o emprego informal se refere a trabalhos que não estão sujeitos à legislação trabalhista nacional, tributação, proteção social ou benefícios do padrão do emprego, como férias remuneradas (Ioprei, 2021).

A falta de inclusão de muitas pessoas no mercado de trabalho formal e o aumento dos trabalhos informais é uma das causas do aumento do nível de

pobreza no país, pois se verifica que muitas famílias são monoparentais, sobretudo famílias em que as mulheres são chefes de família. Também, pessoas com deficiência são uma representatividade de pobreza alta, o que se dá pelo afastamento ou o desemprego delas (Oliveira, 2012).

De acordo com Oliveira (2012), em Angola, há muitas famílias na extrema pobreza e em exclusão social, uma vez que são encontradas famílias vivendo em casas impróprias, inacabadas ou, até mesmo, abandonadas por causa da extrema pobreza. Ainda, Oliveira (2012) sublinha que a maior parte dessas famílias é de pessoas com nível de escolaridade baixa ou com nenhum nível de escolaridade, situação que favorece para que elas tenham empregos precários.

Outrossim, segundo Margareth Nangacovie et al. (2017), nos últimos anos, a pobreza é uma questão que tem sido bastante discutida, mas a sua erradicação, em Angola, ainda é um grande problema, pois são notórios os obstáculos que muitas famílias passam para acessar as necessidades básicas do dia a dia, como educação, alimentação, empregos dignos, saneamento básico, água potável, entre outras necessidades, o que acaba colocando as famílias angolanas em condições de miséria.

Além disso, muitas famílias pobres e numerosas habitam em casas precárias, em que os pais não têm condições de sustentar a família, sendo evidente a carência alimentar e o acesso à saúde. Também, há muitas crianças sem a possibilidade de dar continuidade aos estudos, uma vez que acabam se inserindo nos trabalhos informais a fim de auxiliar seus pais.

Ademais, a crise da década de 1990, que se intensificou a partir de 2007, acabou com as economias mundiais, culminando com a crise financeira internacional, trazendo fragilidade e desigualdade nos mercados de trabalho mundiais (OIT, 2014). Assim, nas economias de alguns países, percebe-se pouca evolução no que tange à redução da pobreza e das condições de trabalho, pois constata-se muita vulnerabilidade nos trabalhos informais, sem proteção legal, dificultando o desenvolvimento dos países (OIT, 2014).

Posto isso, é válido frisar que, embora algumas pessoas tendam a ganhar mais financeiramente nas atividades informais em relação a alguns

trabalhadores da economia formal, a economia informal ainda é identificada como um lugar vulnerável, uma vez que as empresas não são regulamentadas ou registradas e não exercem obrigações fiscais nem sociais aos seus trabalhadores. Com isso, as pessoas que estão inseridas nesses mercados estão excluídas de proteção e de direitos, o que dificulta a muitos desses funcionários obter crédito e recorrer aos procedimentos judiciais caso precisem. Desse modo, por estarem vulneráveis, estão muito expostos, também, ao assédio sexual, à exploração e a subornos.

No entanto, os trabalhos informais em Luanda cada vez mais apresentam a sua importância para diversas famílias. Independentemente do caminho, é muito comum se deparar com manifestações de trabalhos informais por cada rua da cidade e essas atividades sustentam a necessidade de consumo de muitas famílias, principalmente as de renda baixa (Lopes, 2006).

Com relação às mulheres no mercado informal de Luanda, estas são obrigadas a suportar as más condições que os mercados apresentam. Ainda, como citado acima, nem todas as mulheres têm um lugar fixo para vender seus produtos, então muitas, independentemente do clima, precisam sair andando de um lado para o outro, zungando, a fim de conseguir clientes. Para além disso, essas mulheres têm que enfrentar o barulho, a má higiene e, ainda, a questão dos fiscais, os quais, muitas vezes, atormentam a vida das zungueiras (O. Santos, 2011).

De acordo com Lopes (2004), as mulheres do mercado informal de Luanda chegam a trabalhar até 14 horas diariamente. Geralmente, elas compram os produtos de outros vendedores (fornecedores a grosso<sup>6</sup>) para organizar e revender, umas em outros mercados e outras nas ruas (zungando). No entanto, há mulheres que trabalham com um diferente método por não terem recursos suficientes para comprar nos fornecedores, então tomam produtos de

---

<sup>6</sup> Um grossista é uma entidade ou indivíduo que comercializa produtos em grandes volumes com propósitos comerciais. Ele vende os produtos para clientes corporativos, os quais, por sua vez, os utilizam para revender aos consumidores finais. Por exemplo: um produtor de bananas vende seus produtos para supermercados, comerciantes de grandes mercados, zungueiras, quitandeiras, entre outros. No Brasil, o termo grossista é conhecido por “atacadista”.

outros vendedores para revender a fim de tomar uma comissão no fim do dia (Lopes, 2004).

Conforme já explicitado, o trabalho ambulante ou trabalho do mercado informal garante a subsistência de muitas famílias de Luanda, porque é dele que muitas mulheres conseguem assegurar as suas famílias, dando alimentação, educação aos filhos e, até mesmo, pagando o aluguel de casa (Monteiro, 2012). Todavia, apesar de ter essa possibilidade de atendimento das necessidades, esse trabalho acarreta em diversas consequências e riscos, porque muitas dessas mulheres que estão inseridas nas atividades informais vão à zunga com os filhos ao colo e/ou grávidas, mesmo sabendo das situações desfavoráveis que enfrentam/enfrentarão no dia a dia.

Ademais, em uma pesquisa realizada por Mendes (2020) sobre a participação de mulheres no setor de comércio informal em Luanda, percebeu-se que a falta de oportunidades no mercado formal e a vontade do autossustento e do sustento de suas famílias acabou obrigando as entrevistadas a se inserir nessas atividades sem direito a escolha, pois, para elas, era a única maneira ou saída de satisfazer suas necessidades e de suas famílias, sobretudo de seus filhos. Assim, a escassez de empregos formais e a facilidade de inserção nesses mercados obrigaram as mulheres a se submeter a grandes riscos (físicos, psicológicos e/ou, até mesmo, de saúde) pelas condições ofertadas pelos mercados (Mendes, 2020).

Segundo a OIT (2016), no que tange ao profissionalismo, as mulheres continuam encarando dificuldades para encontrar e se inserir em empregos dignos em relação aos homens, pois ainda se pode notar essa desigualdade entre os dois sexos no mercado de trabalho. Desse modo, geralmente, a possibilidade de encontrar mulheres desempregadas nas sociedades em geral é maior, porque são empregados mais os homens e, quando elas encontram alguns espaços no mercado de trabalho, grande parte das vezes é em funções inferiores a deles. Ainda, tanto nos países com renda baixa quanto nos com renda alta, elas tendem a dedicar mais tempo a trabalhos não remunerados, como cuidados domésticos, enquanto os homens estão mais envolvidos em trabalhos remunerados. Por isso, em média, as mulheres realizam cerca de duas

vezes mais trabalhos domésticos não remunerados do que os homens, o que resulta em maior carga de responsabilidades domésticas para elas.

Outrossim, apesar das mulheres saírem de casa para exercer atividades, não diminuíram os trabalhos não remunerados que faziam em casa. Pelo contrário, aumentou sua carga horária total de trabalho, uma vez que a sociedade angolana, de modo geral, ainda entende que trabalhos domésticos são obrigação única e exclusivamente delas. Essa falta de apoio para os trabalhos domésticos faz com que as mulheres fiquem sobrecarregadas nos seus trabalhos, desde o cuidado de casa, filhos, até seus trabalhos externos. Por isso, elas enfrentam condições precárias, tais como: incerteza, insegurança e as condições miseráveis que os mercados informais fornecem (Paane, 2015).

Com base no estudo feito por Nangacovie et al. (2017) sobre a questão da integração das mulheres nos processos produtivos em Angola, buscou-se analisar a desigualdade de gênero no desenvolvimento econômico e social e a integração nos processos produtivos. Nesse estudo, constatou-se que as mulheres não representam apenas um número maior no que tange ao total da população angolana, mas, também, em relação ao analfabetismo e à inserção no mercado informal. Ainda, a pesquisa explica as adversidades que as mulheres passam por estarem inseridas nos mercados informais de Luanda, pois o dia a dia delas é muito árduo, uma vez que algumas praticam as atividades percorrendo longas distâncias (as zungueiras) acompanhadas de seus filhos ao colo por baixo de sol ardente. Ademais, no estudo realizado pelas autoras no ano de 2015, do total das entrevistadas, 25% das mulheres não tinham algum nível acadêmico, e o motivo disso foi a questão socioeconômica, pois, a falta do poder financeiro e de vagas nas escolas perto de suas residências, entre outros motivos, fazia com que muitas ficassem fora do ensino acadêmico.

Portanto, as manifestações da questão social em Angola refletem as profundas desigualdades sociais presentes na estrutura social desde a Independência. Isso implica na necessidade de intervenção do Estado no campo das políticas sociais, com o objetivo de combater a exclusão de segmentos populacionais do processo produtivo, lidar com a situação de pobreza e abordar

as questões de gênero, em particular as relacionadas às mulheres no mercado de trabalho (Félix, 2021).

Atualmente, a questão da mulher na sociedade ainda está ligada a não inclusão, ou seja, a exclusão social. A globalização é um dos elementos que contribuiu para o crescimento da pobreza feminina (Pereira, 2008). A economia angolana começou a ser incluída no comércio global a partir da passagem para o multipartidarismo no país, que foi nos anos 1990, trazendo desvantagens para as mulheres, pois aumentou a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em Angola. Logo, as mulheres angolanas são as mais prejudicadas no sistema de ensino, pois, se comparadas aos homens, têm o nível de escolaridade mais baixo.

De acordo com uma pesquisa feita por Aline Afonso Pereira (2008), a guerra civil que Angola enfrentou acarretou em muitas consequências, tanto social como econômica, influenciando no sistema educacional do país. Com isso, a falta de condições financeiras que as famílias apresentavam fez com que alguns filhos fossem selecionados para ir à escola. Ainda, segundo a autora, muitas mulheres ficavam de fora dessa seleção para inserção nas escolas, encarregadas das atividades domésticas. Já as poucas que eram incluídas no sistema educacional eram obrigadas a conciliar as atividades escolares com as tarefas domésticas (Pereira, 2008). Contudo, após a independência do país em 1975, o governo angolano começou a realizar algumas ações referentes à educação, as quais eram baseadas no princípio da universalidade, em que todos deveriam ter acesso livre e com oportunidades igualitárias no intuito de minimizar os níveis de analfabetismo (Pereira, 2005).

Desta feita, é possível dizer que a guerra civil trouxe muitos impactos na vida socioeconômica dos cidadãos, uma vez que as desigualdades que surgiram foram se alastrando até nos mercados de trabalho formais, em que alguns tinham mais oportunidades de se inserir, enquanto outros possuíam menos. Isso fez com que as pessoas, principalmente as mulheres, buscassem oportunidades nas atividades informais para, assim, satisfazer suas necessidades, bem como para sua sobrevivência e de suas famílias. Também,

Aline Pereira (2005) afirma que a maior parte da população angolana que estava inserida no mercado de trabalho informal eram as mulheres.

Trabalho informal no setor de comércio ainda apresenta precariedade e fragilidade em termos de garantias trabalhistas, condições e benefícios de trabalho. Nesse contexto, a precariedade pode ser compreendida considerando perspectivas sociais, econômicas e jurídicas, manifestando-se por meio de condições de vida desfavoráveis, menor obtenção de recursos econômicos ou financeiros (como lucros) e restrições no acesso a mecanismos e instituições de proteção dos direitos trabalhistas, incluindo a segurança social e a liberdade sindical (Telo, 2021).

Com a crise da pandemia da covid-19, o cenário econômico e social desfavorável das mulheres que estão inseridas nas atividades informais agravou ainda mais, impactando de forma significativa os grupos que já se encontravam em condições desvantajosas em termos de acesso a direitos e oportunidades. Esse impacto foi particularmente sentido pelas mulheres mais pobres e por aquelas que desempenham atividades informais, principalmente as que residem em periferias.

Conforme destacado no relatório do Centro de Estudo e Investigação Científica (Ceic, 2020), era provável que muitos lares angolanos enfrentassem o aumento nos custos dos produtos básicos devido à interrupção na cadeia de abastecimento, à redução da renda familiar, a possíveis demissões e cortes salariais, bem como à diminuição do consumo de bens e serviços produzidos, especialmente no mercado informal. Além disso, as medidas adotadas para conter a propagação da pandemia apresentaram dificuldades adicionais em um contexto econômico e social em que uma parcela significativa da população dependia da renda e do consumo provenientes do setor informal. Então, como resultado, houve aumento nos níveis de pobreza a curto e médio prazo (Ceic, 2020).

Outrossim, dado que uma parcela significativa das famílias angolanas, particularmente na cidade de Luanda, tem sua principal fonte de subsistência no mercado informal, sendo, por isso, obrigada a desrespeitar as restrições impostas pelo estado de emergência, é relevante salientar que, por

muitos anos, os mecanismos de proteção social foram negligenciados, o que resultou em grandes dificuldades para as famílias mais pobres lidarem com a crise (Cejes-UAN, 2020).

Igualmente, uma pesquisa feita pela Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Gênero (Assoge), com a questão “Morrer com a tal doença ou com a fome?”, questionou as entrevistadas sobre o grave período que enfrentavam e o risco em comercializar naquela situação que o mundo passava e constatou que, apesar das orientações do Governo de ficar em casa, no intuito de prevenção, a maioria das entrevistadas replicavam não ser viável ficar e morrer de fome, pois precisavam sair e procurar sobreviver, mas afirmaram usar medidas de proteção.

Ainda, segundo a ONU (2020), foi estimado que os trabalhadores informais, que são grupos vulneráveis, em particular as mulheres sem direitos laborais e de proteção, perderiam, no contexto geral, 60% de rendimentos nos primeiros meses da crise da pandemia da covid-19. Também, estudos feitos pela ASSOGUE confirmaram isso durante as pesquisas e as entrevistas com as mulheres do mercado informal de Angola.

Apesar da carga de responsabilidade e do nível alto da precariedade e vulnerabilidade que as mulheres enfrentaram durante esse período, como dificuldade de acesso aos produtos pelos fornecedores, dificuldade em se adaptar com as alterações do mercado, diminuição de meios de transportes, aumento e mudança dos produtos comercializados e, sobretudo, queda do rendimento e perda de alguns produtos, elas não tinham outra opção a não ser a exposição ao perigo. Ademais, as entrevistadas pela Associação de Mulheres Empreendedoras de Luanda, ASSOGUE, alegaram não ter nenhum apoio financeiro do governo angolano, nem de políticas públicas ou sociais e que a pandemia da covid-19 aumentou seus níveis de vulnerabilidade e precariedade por comercializem nos mercados informais.

Por fim, de acordo com as entrevistas feitas pela ASSOGUE, é possível dizer que as mulheres que estavam inseridas no mercado informal de Angola antes da pandemia da covid-19 já eram consideradas vulneráveis. Porém, com a pandemia que assolou o mundo, as condições tanto sociais como

econômicas dessas mulheres que trabalham na informalidade agravaram mais ainda.

## 2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS MULHERES TRABALHADORAS DO MERCADO INFORMAL EM ANGOLA

Com o decorrer do tempo, as sociedades têm ampliado a visibilidade e a importância das políticas públicas como meio que o Estado tem para auxiliar na resolução dos problemas sociais. As políticas sociais são compreendidas como um instrumento utilizado pelo governo para abordar as necessidades da sociedade, uma vez que é responsabilidade do Estado criar e implementar políticas públicas (Souza, 2006).

É importante ressaltar que, nas sociedades atuais, existe a presença de uma notável diferenciação social. Isso implica que os membros dessas sociedades não apenas apresentem atributos distintos, tais como idade, estado civil, sexo, escolaridade, religião, renda e setor profissional, mas, também, possuam ideias, valores, interesses e aspirações variados, bem como desempenhem papéis diversos ao longo de suas vidas. Toda essa diversidade contribui para a complexidade da vida em sociedade, frequentemente resultando em conflitos de opiniões, interesses e valores. No entanto, para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade, é crucial manter os conflitos dentro de limites gerenciáveis. Desta feita, as políticas são cruciais como oportunidade ou facilidade para resolver esses conflitos (Rua, 2009).

Ainda, Philippe C. Schmitter (1965) apresenta um conceito simplificado de política como um processo pacífico de solucionar problemas ou conflitos gerados na sociedade. Em outras palavras, a política é um meio pelo qual as sociedades lidam com divergências e disputas de maneira não violenta e negociada por meio de mecanismos e instituições que buscam encontrar acordos e consensos entre os diferentes membros da sociedade, contribuindo para a estabilidade e coesão social em vez de recorrer à coerção direta. Portanto, a política, de acordo com essa perspectiva, é um meio de gestão dos conflitos sociais de maneira harmoniosa e não coercitiva.

Ademais, Maria das Graças Rua (1998) define políticas como um conjunto de processos estabelecidos tanto formais quanto informais que manifestam relações de poder e têm como finalidade a solução pacífica de conflitos relacionados a bens públicos. Além disso, a autora, descreve o termo *policy* ou política como elaboração de propostas, tomadas de decisões e a subsequente implementação delas por parte das organizações públicas focando em questões que afetam a sociedade (Rua, 2009).

Dessa forma, a política pública surge como uma solução para desafios políticos, conforme delineado na literatura da ciência política. Contudo, embora existam várias definições de políticas públicas com significados distintos, destaca-se um conceito central: elas representam as reações do poder público a questões políticas, ou seja, envolvem iniciativas do Estado, como governos e instituições públicas, destinadas a atender às demandas sociais associadas a problemas políticos de natureza pública ou coletiva. Ainda, é crucial reconhecer que as demandas sociais frequentemente ultrapassam a capacidade dos órgãos público de atendimento (Schmidt, 2018). Desta feita, pode-se dizer que as políticas públicas são consequências das atividades políticas, englobando todas as decisões e intervenções relacionada à distribuição obrigatórias, de valores associados a bens públicos.

Rua (2009), também, diz que as políticas públicas são conjuntos das decisões e ações destinados a determinar como os recursos e benefícios públicos serão alocados da melhor forma, a fim de solucionar os conflitos da sociedade, e que uma política pública, em sua essência, geralmente, vai além de uma única decisão, demandando a implementação de várias ações estrategicamente escolhidas para concretizar as decisões previamente tomadas. Em outras palavras, não se limita a uma escolha isolada, mas implica em um conjunto coordenado de medidas que são cuidadosamente planejadas e executadas para transformar as decisões em realidade prática. Isso destaca a natureza abrangente e multifacetada do processo de implementação de políticas públicas, o qual exige uma abordagem estratégica e integrada para atingir aos objetivos estabelecidos.

Vale ressaltar que, diante da escassez de recursos, as autoridades são compelidas a priorizar algumas demandas em detrimento de outras, relegando ou colocando em segundo plano determinadas questões. Essas escolhas de prioridades feitas pelos governos formam o cerne das políticas públicas, representando decisões estratégicas sobre como alocar recursos limitados para lidar com os desafios políticos e sociais (Schmidt, 2018).

Além disso, conforme Costa (2017), política pública pode ser entendida como programas de ações que o governo estabelece para uma sociedade e, para o Direito, é um instrumento de ação do governo para a sociedade. Também, é possível compreender a política pública como todo e qualquer passo que o Estado dá de diferentes formas com a finalidade de resolver os problemas sociais (Kitombe, 2019).

Costa (2017), ainda, afirma que uma política só é pública quando atende aos interesses públicos ou do povo de forma geral, pois não se pode assim considerá-la quando o interesse é indiferenciado para os que carecem de proteção. Desta feita, são necessárias orientações com a finalidade de determinar ações ou programas que serão como vetores para a realização certa do agir do poder público.

Portanto, definimos a política pública de proteção social como um conjunto diversificado de ações destinadas a assegurar condições mínimas de vida para a população, como a promoção do bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo no que concerne o acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentação, habitação e água potável, com o intuito de promover a construção de uma sociedade caracterizada pela equidade e inclusão, para que a população tenha níveis básicos de vida, afim de construir uma sociedade mais justa (Félix, 2020a). Ademais, a política social deve ser transparente em sua função de servir como um sistema de amparo social, um meio de materializar e garantir direitos sociais e satisfazer as necessidades básicas da humanidade, tendo como enfoque principal o aprimoramento dos serviços voltados para as pessoas em situação de pobreza, com o objetivo de promover uma cidadania mais abrangente e inclusiva (Pereira, 2004).

Na constituição de Angola, do ano de 2010, a assistência social é determinada como uma política pública na qual o Estado tem a responsabilidade de cumprir com os angolanos e angolanas que carecem dela. Porém, não há informação da existência de uma política focalizada para as mulheres que estão inseridas no mercado informal, apenas se tem visto projetos, programas e ações sociais em prol das necessidades das mulheres (Félix, 2020).

Também, em Angola, existem algumas instituições ou organizações que foram criadas ao longo dos anos com o intuito de trabalhar as questões relacionadas às mulheres: Organização da Mulher (OMA), com o objetivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista; Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher (SEPMD); Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam); Conselho de Coordenação Multissetorial do Gênero (CCMG); Liga da Mulher (Lima); Rede Mulher Direções da Família e Promoção da Mulher (Difamu); e Ondjango Feminista – um coletivo feminista autônomo de ativismo e educação em prol da realização dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas em Angola.

De acordo com o Relatório Social (2012), apesar da existência de programas ou ações sociais voltadas para as mulheres, percebe-se a limitação de recursos humanos e financeiros para isso. Ademais, o relatório mostra a falta de prioridade que o OGE oferece às ações e programas sociais voltados às mulheres.

Por fim, ainda que existam ações ou programas específicos para tratar e discutir sobre os problemas das mulheres em Angola, não quer dizer que o governo angolano tome essas questões como prioridade, pois os programas se mostram incapazes financeiramente de implementar projetos a fim de mudar essa realidade.

Devido à pandemia da covid-19, no período de 2020 foi decretado estado de emergência em Angola e, no ano de 2022, a doença ainda assolava o mundo inteiro. Desta feita, o período entre esses anos ainda era considerado pandêmico. Falar da covid-19 e o impacto que ela trouxe na vida das mulheres, especificamente das trabalhadoras que estão inseridas no mercado informal, é proceder com um assunto atual tanto por ser altamente contagiosa quanto por

impactar negativamente na vida de mulheres que exercem atividades informais (Félix, 2020).

A covid-19 foi identificada no final de 2019, mas, em Angola, o alastramento e a efetivação da condição pandêmica tiveram início com a proclamação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório nº 1/20, de 18 de março, quando a Organização Mundial da Saúde a classificou como pandemia por sua implicância negativa socioeconomicamente e por acarretar um nível alto de mortalidade em todo o mundo. Nesse decreto, os artigos 1º a 4º estabeleceram a proibição da circulação dos cidadãos nas fronteiras e a não aglomeração social (Angola, 2020a). Entretanto, foi por meio do Decreto Presidencial nº 142/20, de 25 de maio, que o governo angolano estabeleceu o estado de calamidade pública a partir da meia-noite (0h00) do dia 26 de maio de 2020, prolongável enquanto se mantivesse o risco de propagação de forma intensa do Vírus SARS-COV-2 e da pandemia covid-19, a fim de proteger e prevenir a saúde da população (Angola, 2020b).

O mecanismo para a proteção e a prevenção da saúde da população contra a pandemia da covid-19 trouxe alterações no mundo. Contudo, é válido analisar essas transformações, em particular, na vida das mulheres de Angola, especificamente as inseridas no mercado informal, pois, essas mudanças impactaram no bem-estar das vendedoras informais, devido a exigência da quarentena, às limitações dos dias, dos horários e dos espaços de trabalho (distanciamento social), ao encerramento das fronteiras, afetando o modo de aquisição dos produtos de algumas mulheres e às limitações no transporte.

Essas alterações do ambiente de trabalho durante a covid-19, apesar de objetivar a proteção da saúde da população, geraram outras dificuldades e impossibilitaram o ganha-pão de algumas famílias. Porém, apesar do estado de emergência (proibições do governo), muitas mulheres continuaram com suas atividades (Telo, 2021), (Félix, 2020).

Ainda, é importante frisar que, com a pandemia, seria de extrema relevância a expansão de políticas públicas de proteção social focalizadas para as mulheres que dependiam dos salários diários obtidos das atividades informais a fim de sobreviver e satisfazer as necessidades da sua família de forma geral

(Félix, 2020). Ressalta-se que, mesmo havendo proibições por parte do governo, algumas mulheres comerciantes informais, a maioria das zungueiras, não cumpriram o decreto, pois, não deixaram de exercer sua profissão (Santos, 2020, p. 17).

### **3. DESAFIOS E RESISTENCIAS DAS MULHERES DO MERCADO INFORMAL DA CIDADE DE LUANDA EM TEMPOS DA CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19**

#### **3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO KIKOLO**

Na cidade de Luanda, existem mais de 120 mercados informais de produtos alimentícios em operação, localizados, maioritariamente, nos municípios de Luanda, Belas, Cacuaco, Cazenga e Viana. O mercado do Kikolo está localizado na capital Luanda, no município de Cacuaco, e foi criado nos finais dos anos 90. Sua gestão envolve uma colaboração entre o setor público e privado, abrangendo diversos setores de mercado, como: material de construção, comércio de materiais de canalização, vendas de calçados e roupas dos fardos<sup>7</sup>, serviços relacionados a eletrônica, roupas e calçados novos, produtos alimentares, vendas de alimentos preparados no local (mercados), comércio de produtos frescos, roupas íntimas, vendas de cosméticos, vendas de relógios, medicamentos tradicionais, setor caracterizado por atividades relacionados ao transporte de mercadorias, setor da paradas de táxi, entre outros. Também, o comércio e a serração de madeira são atividades bastante ativas na região. O mercado se espalha por várias ruas, algumas das quais estão, atualmente, em processo de requalificação para melhorias (BNA, 2023).

De acordo Alçada (2020), nesse mercado, muitas pessoas buscam e encontram ocupações com o objetivo de adquirir rendimentos para sua subsistência e de suas famílias. Com isso, se pode afirmar que o mercado do Kikolo desempenha um papel essencial e fundamental para a sobrevivência de muitos habitantes da cidade, uma vez que oferece oportunidades tanto para fornecedores/vendedores como para compradores/clientes, ou seja, o Kikolo não é apenas vital na vida cultural do povo, mas tem um impacto significativo na economia e sociedade luandense. Além disso, é importante destacar que esse

---

<sup>7</sup> Fardos referem-se a roupas, geralmente coletadas em países europeus, que são usadas ou novas e que não são introduzidas no circuito comercial devido a algum tipo de anomalia ou falta de atualização em relação ao mercado de origem.

mercado é um lugar inseguro e pode ser considerado perigoso, onde quase tudo acontece e é comercializado, desde o simples tomate até as mais valiosas notas de Dólar Americano, sendo, portanto, um lugar de muito estresse e alvoroço. Desse modo, devido à agitação constante nele, o Kikolo tem sido alvo frequente de criminosos, que aproveitam a confusão para roubar os vendedores e os clientes. Ademais, a variedade de itens à venda no mercado, como alimentos, bebidas, ferramentas e materiais de construção, atrai os delinquentes para o local (Cedoc DW, 2009).

Figura 2 - Mercado do Kikolo



Fonte: Correio Kianda (2021)<sup>8</sup>.

Figura 3 - Mercado do Kikolo



Fonte:RNA (2021)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Acesso em: <https://correiokianda.info/cidadaos-desrespeitam-medidas-de-prevencao-a-Covid-19/>

<sup>9</sup> Acesso em: <https://rna.ao/rna.ao/2021/05/06/governadora-joana-lina-afirma-que-mercado-do-kikolo-pertence-ao-municipio-de-cacuaco/>

Em suma, o mercado do Kikolo é reconhecido como um ambiente inseguro devido à grande aglomeração de pessoas. Nesse local, as pessoas se movem empurrando sacolas cheias de compras, enquanto carros, motos e guarda-chuvas contribuem para a movimentação caótica. Ainda, à medida que se avança para a zona central do mercado, onde estão os produtos à venda, o fluxo de pessoas e veículos se estreita gradualmente. Essa superlotação aumenta o risco de atropelamentos e furtos por parte de marginais que circulam pelo mercado (Alçada, 2020).

### 3.2 PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS QUE FREQUENTARAM O MERCADO INFORMAL NO PERÍODO DE 2020-2022

Inicialmente, trataremos das características socioeconômicas a fim de facilitar o entendimento do perfil das mulheres entrevistadas. Desta feita, foram definidas quatro questões de cunho socioeconômico: idade, escolaridade, estado civil e tempo de atuação no setor informal.

Quanto à questão da faixa etária, seguem, abaixo, os dados das entrevistadas que estavam inseridas nas atividades informais no período de 2020-2022, no mercado do Kikolo.

Tabela 1 – Faixa Etária

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
18 – 30	3	15%
31 – 40	3	15%
41 – 50	8	40%
51 – 60	5	25%
Não falou	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Com base nos dados expostos acima, pode-se inferir que há uma variação de idade significativa entre as mulheres entrevistadas. Todavia, percebe-se a predominância das mais velhas, pois a maioria dessas mulheres estão concentradas na faixa etária entre os 41-50 anos, representando 40% do total das entrevistadas, seguida pelas com a faixa etária entre 51-60 anos, que

somam 25%. Já com relação às mulheres na faixa etária mais jovem, entre 18-30 e 31-40 anos, ambas as faixas estão representadas, cada uma, por 15% do total da amostra. É importante salientar que uma das entrevistadas não divulgou a sua idade, optando por manter em sigilo sobre as informações pessoais.

Ademais, a divisão por idade desses cinco grupos permite perceber que a maioria das mulheres entrevistadas tem acima de 40 anos, com ênfase para o grupo entre 41-50 anos de idade. Essa variação significativa pode refletir a natureza diversificada da força de trabalho do mercado informal e a diversidade de participantes no que tange a idade, indicando a presença de diversas gerações nessas atividades.

O segundo questionamento focalizou o nível de escolaridade das mulheres participantes da pesquisa, objetivando analisar e comparar os dados com pesquisas semelhantes. No entanto, antes de apresentar os dados obtidos, se faz necessário explicar brevemente o sistema educacional em Angola/Luanda.

O sistema mencionado foi organizado em cinco etapas distintas: ensino primário, ensino secundário (dividido em I e II níveis), ensino médio e ensino universitário. O ensino primário consistia em quatro anos (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classes), exceto o pré-primário, o qual era o primeiro ano que antecedia o ensino primário que já estava em vigor na política educacional durante o período colonial. A próxima etapa é o ensino secundário que compreendia quatro anos (5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> classes), dividido em dois ciclos (I e II ciclos) consecutivos. Seguindo, o ensino médio abrangia as classes de 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes, não diferindo muito do atual sistema educacional.

Concluído o ensino médio, objetivava-se preparar os alunos de duas maneiras distintas: primeiramente, para ingressarem ao ensino superior e, em segundo lugar, habilitá-los para o mercado de trabalho formal com as habilidades necessárias. Cada fase tinha o seu propósito específico na preparação para a vida profissional dos estudantes, proporcionando-lhes as habilidades e conhecimentos necessários para suas futuras trajetórias educacionais e profissionais (Angola, 2001).

Contudo, após o acordo de paz no país, houve a reestruturação do sistema escolar angolano, o qual ficou constituído por quatro etapas: ensino primário (1<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> classe), ensino secundário I ciclo (7<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> classe), ensino secundário II ciclo (10<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup> classe) e, por último, o ensino superior.

Abaixo, a tabela 2 apresenta os dados obtidos nas entrevistas.

Tabela 2 – Escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Ensino Primário Incompleto	0	0%
Ensino Primário Completo	7	35%
Ensino Secundário Incompleto	1	5%
Ensino Secundário Completo	8	40%
Ensino Médio Incompleto	1	5%
Ensino Médio Completo	2	10%
Ensino Superior Completo	1	5%
Não Estudou	0	0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Segundo a tabela acima, podemos verificar que, das vinte mulheres entrevistadas, sete têm o ensino primário completo, uma o ensino secundário incompleto, oito possuem o ensino secundário completo, uma o ensino médio incompleto, duas têm o ensino médio completo e uma o superior completo. Percebe-se, então, que todas as entrevistadas frequentaram o ensino escolar, com níveis variados. Mas, a maioria frequentou até o ensino secundário completo, representando, assim, 40% do total das mulheres entrevistadas, um nível educacional intermediário e considerado relativamente elevado para o contexto do mercado informal. Ainda, sete mulheres dizem ter o ensino primário incompleto, o que representa um total de 35% das mulheres entrevistadas. Isso indica que um número significativo das entrevistadas não concluiu o ensino primário. Além disso, há uma presença menor de mulheres com outros níveis de escolaridade, incluindo uma entrevistada com ensino secundário incompleto, duas com ensino médio completo e uma com ensino superior completo. Por fim, do total das entrevistadas, nenhuma indicou que "não estudou".

Em termos gerais, esses dados apresentados mostram que existe uma diversidade na amostra em se tratando dos níveis educacionais, mas se

percebe que a maioria das mulheres entrevistadas tinha até o ensino secundário. De acordo os dados coletados por Marina Kikusa Mendes, no ano de 2020, por meio de entrevistas, muitas mulheres que estavam inseridas no mercado informal e que tinham até o ensino secundário completo, precisaram interromper os seus estudos devido a duas razões principais: responsabilidade com os filhos e limitações financeiras. Desse modo, priorizaram a criação e cuidado de seus filhos e outras responsabilidades relacionadas à maternidade. Então, conseqüentemente, acabaram dedicando mais tempo à família em vez de continuar com sua própria educação, dando prioridade à educação dos filhos.

Nesse contexto, vale retomar os fundamentos apresentados por Domingos (2018), o qual evidencia que muitas mulheres assumem a responsabilidade do sustento de suas famílias devido a questões financeiras, bem como a condições de carência e pobreza que apresentam. Logo, como resultado, se veem compelidas a trabalhar fora deixando de lado os estudos para contribuírem com o aumento da renda familiar.

Ademais, Orlando Santos (2010) destaca que a maior parte desse grupo de mulheres que estão inseridas nessas atividades informais, especificamente as zungueiras, possuem níveis educacionais baixos, em parte, pelo conflito armado. Assim, percebe-se uma relação inversa entre a idade e a escolaridade das entrevistadas, pois, quanto maior sua idade, menor sua escolaridade, uma vez que as mulheres mais velhas abandonaram o ensino não só pelas razões supramencionadas, mas, também, pela guerra que assolava o país.

Ainda, segundo Mendes (2020), quando foi questionado às entrevistadas do porquê não terminaram o estudo e por que não retornavam, alegaram a falta de condições financeiras, pois não teriam como manter os seus estudos e de seus filhos ao mesmo tempo. Desta feita, é viável deixá-los na escola enquanto elas vão buscar seu sustento (Mendes, 2020).

A seguir, a tabela 3 apresenta informações sobre o estado civil das mulheres entrevistadas.

Tabela 3 – Estado Civil das mulheres entrevistadas

<b>Estado civil</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Solteira	9	45%
Casada	6	30%
Outros	5	25%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Essas informações sobre o estado civil das mulheres que foram entrevistadas fornecem dados significativos sobre a composição da amostra, uma vez que ele pode afetar várias questões, como o apoio da família, o tempo de trabalho e as necessidades financeiras. Observa-se, então, que 45% das entrevistadas (quase a metade) estavam solteiras, isto é, que uma parte significativa delas não estava casada ou em um relacionamento formal até o momento da entrevista. Já 30% das mulheres que responderam à pesquisa estavam casadas ou se mantinham em um relacionamento conjugal. Enfim, cinco entrevistadas responderam “Outros”, podendo ser divorciadas ou viúvas, representando, assim, 25% do total da amostra.

Ainda, o estado civil das mulheres de Luanda que trabalham no mercado informal pode afetar como elas lidam com seus negócios e equilibram suas vidas pessoais. Dependendo das circunstâncias, estar casada ou ter um companheiro para compartilhar a vida pessoal ou suas obrigações sociais e financeiras pode flexibilizar o compromisso que elas têm com as suas famílias. Porém, por um lado, ter um companheiro pode ser bom, mas, também, muito cansativo devido à rotina exaustiva que essas mulheres enfrentam diariamente.

Muitas vezes, ter um companheiro implica em assumir mais uma função ao chegar em casa, mesmo após um dia de trabalho exaustivo. Mesmo sentindo-se cansadas, essas mulheres muitas vezes precisam dedicar atenção ao cuidado pessoal do parceiro, além da higienização e organização dos pertences domésticos, como roupas e calçados. Essa responsabilidade adicional pode sobrecarregá-las ainda mais, aumentando o peso das demandas domésticas sobre elas. Essa situação destaca os desafios adicionais enfrentados por mulheres que trabalham no mercado informal e têm um parceiro, evidenciando como a divisão desigual das responsabilidades domésticas pode

impactar negativamente sua capacidade de descansar e se recuperar do trabalho.

Por isso, para mulheres casadas, pode ser difícil equilibrar suas demandas de trabalho no mercado informal com as obrigações familiares. Considerando esse aspecto, é menos complicado para as solteiras, contudo, não ter um companheiro para compartilhar as obrigações familiares pode ser mais difícil e muito custoso, principalmente financeiramente, pois é possível que a responsabilidade seja maior, visto que todas as mulheres que foram entrevistadas têm filhos para sustentar.

O contexto acima referido vem ao encontro da posição de O. Santos (2010), quando diz que apesar de algumas mulheres serem casadas sustentam suas famílias de maneira independente e vivem em lares chefiados pelos maridos, mas contribuindo financeiramente de forma substancial.

Tabela 4 – Tempo de atuação no mercado informal

<b>Tempo de atuação</b>	<b>Número de mulheres</b>	<b>%</b>
0 – 5anos	2	10%
6 – 10anos	5	25%
11– 15anos	0	0%
16 – 20anos	1	5%
21 –25anos	5	25%
26 –30anos	3	15%
31 – 35anos	3	15%
Não falou	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

A tabela 4 demonstra claramente os diferentes tempos de atuação no mercado informal das mulheres entrevistadas. No que tange ao tempo no mercado do Kikolo, na cidade de Luanda, observa-se que elas estão inseridas nesses trabalhos entre seis até trinta e cinco anos.

Dessarte, o gráfico apresentado mostra que muitas dessas mulheres participam dessas atividades a bastante tempo, uma vez que, do total das entrevistadas, em média, estão inseridas nessas atividades há aproximadamente 18 anos. Vale salientar que o tempo de atuação dessas mulheres está relacionado com a sua idade, pois se observa uma relação

diretamente proporcional, ou seja, quanto maior for a idade, maior o tempo de atuação no mercado informal. Além disso, é possível afirmar o mesmo para o inverso: quanto menos idade, menor o tempo de atuação ou a menos tempo elas estão inseridas nessas atividades.

A diversidade de experiências e trajetórias de vida das entrevistadas é demonstrada pelos diferentes tempos de trabalho no setor de comércio informal. Existem várias razões pelas quais as pessoas continuam nesses trabalhos, apesar de serem atividades cansativas e arriscadas, como o fato de que muitas mulheres não têm alternativas desde muito cedo, como educação ou qualificação profissional, e há poucas opções de empregos formais disponíveis. Então, muitas optam pela informalidade e permanecem nessas atividades por consideráveis anos. Desse modo, ressalta-se que existem algumas razões pelas quais muitas mulheres trabalham no setor informal, que podem ser a falta de dinheiro e a vontade de satisfazer necessidades diárias delas e de suas famílias.

Isso vem ao encontro da pesquisa feita por Félix (2021), a qual afirma que muitas mulheres trabalham no setor informal, se inserindo nessas atividades muito cedo, com o objetivo de sobreviver, complementar a renda familiar e/ou sustentar suas famílias. Dessa forma, essas atividades continuam até a vida adulta.

### 3.3 O MODO DE ATUAÇÃO E O COTIDIANO DE TRABALHO DAS MULHERES NO SETOR DE COMÉRCIO INFORMAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Como já abordado anteriormente, em Luanda, existem vários grupos inseridos na economia informal, entre eles: kinguilas, reboteiros, candongueiros, kupapatas e, também, as quitandeiras e zungueiras, com as quais lidaremos especificamente neste trabalho. Todos esses indivíduos desempenham, de forma diferente, atividades econômicas no ambiente urbano na cidade de Luanda e são reconhecidos pelo Estado e pela sociedade como participantes da economia informal.

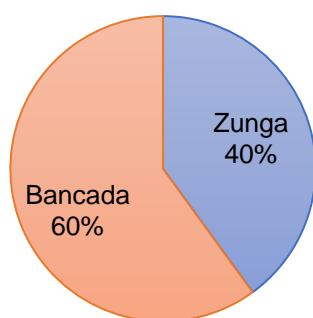
O cotidiano das zungueiras é caracterizado por deslocamentos em diversos locais urbanos a fim de comercializarem os seus produtos. Entre esses

locais, estão inclusos os arredores dos armazéns, dos mercados, dos bairros e das ruas, onde elas realizam vendas de porta em porta, transportando suas mercadorias/produtos, os quais, frequentemente, são carregados na cabeça ou nos braços. Já as quitadeiras fazem seus trabalhos nos mercados e feiras livres, onde são distribuídos e revendidos os produtos (Venancio, 1996 *apud* Andre; Luiz, 2022).

Dentro das diversas estratégias adotadas no processo de colonização, a deturpação da imagem das mulheres angolanas emerge como uma das mais desumanas, conforme indicado por Orlando Santos (2011). Essa observação reflete a perspectiva de que as quitadeiras foram consistentemente alvo de silenciamento e opressão por parte da classe social dominante. Essa opressão e a exploração das mulheres as colocavam em uma situação de submissão tripla, pois, esses mercados, desde o tempo colonial, não eram apenas locais de troca e venda, mas, também, desempenhavam um papel crucial para as mulheres luandenses, representando não somente espaços comerciais e sim locais sociais e de resistência.

Os dados abaixo mostram como as mulheres entrevistadas comercializavam os seus produtos durante o período da pandemia da Covid-19.

Gráfico 1 – Modo de comercialização dos produtos das entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Nos dados coletados e apresentados no gráfico, foi observado que das duas formas de comercialização das mulheres entrevistadas - zungando e trabalhando nas bancadas, doze (12) das 20 entrevistadas, representando 60%, comercializavam seus produtos nas bancadas. Por outro lado, oito (8) das

entrevistadas, representando 40%, estavam envolvidas no trabalho da zunga. Esses números destacam uma clara relevância pela comercialização através das bancadas em comparação com a atividade de zungar neste período. Isso pode refletir diferenças nas preferências individuais, nas oportunidades disponíveis ou nas condições específicas de cada local de venda.

Conforme já explicitado, na fase de planejamento metodológico deste estudo, com o propósito de coletar informações e responder ao objetivo central da pesquisa, optou-se por dividir as entrevistadas em dois grupos: zungueiras e quitandeiras. Essa abordagem foi empregada para não se restringir a uma única modalidade de comercialização de produtos, permitindo uma análise mais abrangente. Desse modo, o objetivo foi compreender as estratégias adotadas por cada grupo e as dificuldades enfrentadas para superar os desafios impostos pela pandemia da covid-19.

Figura 4 – Zungueira carregando Mercadorias na cabeça e vendendo no período da pandemia



Fonte: André e Luz (2022, p.11).

Figura 5 – Quitandeira comercializando no mercado do Kikolo



Fonte: RNA (2022)<sup>10</sup>

Desta feita, como apresenta o gráfico 2 acima apresentado, das vinte entrevistadas, oito eram mulheres zungueiras, representando 40%, e doze eram mulheres que comercializavam os seus produtos nas bancadas quitandeiras, representando os demais 60% do total das mulheres entrevistadas. É importante ressaltar que as zungueiras entrevistadas realizavam suas atividades comerciais dentro e nos arredores do mercado, como foi mencionado pela entrevistada Z8:

Na pandemia, nós não zungávamos nos bairros, por causa da ordem do governo e para se prevenir, também, da doença, mas como não dá pra ficar em casa eu tinha que ir zungar dentro dos mercados diferente, e quando escapava, ao voltar, vendia nas paragens desses mercados, só para não perder o dia (Z8, 2023).

De acordo com o exposto, percebe-se que, durante o período da covid-19, as zungueiras não podiam vender nas ruas ou nos bairros devido às restrições impostas pelo governo angolano e por causa da fiscalização. Por isso, como alternativa, passaram a comercializar dentro dos mercados e, ocasionalmente, por breves períodos, nas paradas de táxi das praças. Essa mudança no local de comercialização foi uma resposta às medidas de contenção da pandemia, que limitou as atividades nas ruas, fazendo com que essa parcela de mulheres adaptasse suas práticas comerciais e se ajustasse às condições adversas impostas pelo contexto em que estava vivendo.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2022/01/11/esta-lancado-o-prei-no-mercado-do-kikolo/>.

Nesse período, nesses mercados, as mulheres continuavam comercializando vários e diferentes produtos umas das outras, mas este estudo foi feito apenas com mulheres que optaram em comercializar bens alimentícios no período da pandemia da Covid-19. Dessa forma, a tabela abaixo mostra os diversos produtos comercializados pelas mulheres entrevistadas, tanto antes quanto durante a pandemia.

Tabela 5 – Produtos comercializados antes e durante a pandemia

<b>Modalidade</b>	<b>Identificação</b>	<b>Produto antes da pandemia</b>	<b>Produto durante a pandemia</b>
Zungueira	Z1	Massa e arroz	Idem
	Z2	Peixe seco	Idem
	Z3	Jimboa, quiabo e rama de batata	Idem
	Z4	Tomate	Idem
	Z5	Verduras	Idem
	Z6	Calçados	Verduras e legumes
	Z7	Batata doce	Idem
	Z8	Legumes	Idem
Quitandeira	Q1	Roupas do fardo	Peixe
	Q2	Banana da terra	Idem
	Q3	Pata de porco e peixe	Idem
	Q4	Farinha de trigo e açúcar	Idem
	Q5	Carne	Idem
	Q6	Frango e peixe	Idem
	Q7	Cebola	Idem
	Q8	Legumes	Idem
	Q9	Pimenta, cebola e tomate	Idem
	Q10	Beringela e pepino	Beringela, pepino e tomate
	Q11	Bolacha, açúcar e sumo	Idem
	Q12	Leite e açúcar	Idem

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023.

Conforme demonstrado na tabela acima, as mulheres entrevistadas estão envolvidas na comercialização de uma ampla gama de produtos no setor de comércio do mercado do Kikolo. Por meio dela, é possível perceber que essas mulheres vendem desde produtos alimentícios de produção nacional, como banana, batata rena, batata doce, fubá, tomate, ovo, peixe, carne bovina etc. até produtos importados, como arroz, farinha, massa, óleo de palma, frango, entre outros. Analisando os dados coletados, podemos observar que as mulheres entrevistadas comercializam uma variedade de produtos alimentícios, incluindo banana, peixe, carne, açúcar, legumes, verduras, bolachas, leite, farinha, fubá, massa, arroz, entre outros itens.

Durante as entrevistas, foi questionado às mulheres se precisaram mudar de negócio durante a pandemia da covid-19. Então, a partir das informações fornecidas por elas, notou-se que algumas sentiram essa necessidade devido à dificuldade de vender seu produto habitual durante esse período, como relata a Q1 e a Z6:

A entrevistada Z6 também sentiu necessidade de mudar suas vendas para bens alimentícios pelos mesmos motivos, uma vez que o governo teve que implementar medidas provisórias para salvaguardar a saúde da população. Uma dessas medidas foi o fechamento das fronteiras, o que dificultou bastante a comercialização dos produtos de algumas vendedoras. Desta feita, a entrevistada acresce:

Não adiantava eu continuar vender calçados, porque, estava tudo fechado, não tinha viagem, festas, e as pessoas não saíam de casa, então quase que ninguém se preocupava em vir comprar calçado, foi aí que eu pensei: vou vender o que vai me dar um retorno, se não as crianças vão morrer de fome. Por isso, guardei o negócio antigo e comecei a vender verduras e legumes (Z6, 2023).

Antes da pandemia, eu vendia roupa dos fardos, sempre vendi fardos, mas, quando começou a pandemia, a roupa não estava mais render como antes, e, também, não conseguíamos mais comprar, porque diziam que a pandemia não podíamos vender roupas, porque vinha de fora do país e trazia doenças, então pensei em tentar vender comida (peixe), porque as pessoas até podem ficar sem comprar roupa, mas ficar sem comer é difícil. Foi assim que mudei para conseguir sustentar a minha casa e minha família (Q1, 2023).

No entanto, a maioria das mulheres não sentiu necessidade de mudar o produto comercializado, pois já estavam envolvidas na venda de produtos alimentícios antes da pandemia. Portanto, podemos concluir que, embora algumas tenham mudado, a maioria permaneceu comercializando os mesmos itens alimentícios de antes. Isso sugere certa resistência e adaptação por parte delas em lidar com os desafios econômicos.

Reconhecer o cotidiano desse grupo é essencial para compreender a significativa contribuição das mulheres para o sustento familiar além de evidenciar uma dinâmica de exploração dentro das relações familiares. Ademais, elas enfrentam a marginalização e são frequentemente alvos de violência e brutalidade por parte dos fiscais do governo da província de Luanda e dos

agentes da polícia nacional. Essa situação demonstra que, apesar da importância econômica, há um reconhecimento social contraditório e os desafios enfrentados por essas mulheres são nítidos (Santos, 2010).

Vale ressaltar que, no mês de março de 2020, o governo angolano declarou estado de emergência no país por meio do decreto presidencial nº 81/20, no seu Art. 1º, com o fundamento no fato de que a República de Angola atravessava um momento de iminente calamidade pública (Angola, 2020).

Ainda, é importante apontar que, nos mercados informais, existem mulheres que comercializam produtos diversificados em suas bancadas, mas, outras vendem apenas um tipo. Portanto, enquanto algumas podiam diversificar seu inventário, vendendo diferentes itens, a fim de compensar a possível queda nas vendas de um específico, para aquelas que dependiam, exclusivamente, de um único produto, era mais desafiador.

Também, no decorrer da pesquisa, foi questionado se as mulheres entrevistadas tinham filhos e se os carregavam ao mercado. Sobre essa questão, inferimos que todas eram mães. No entanto, nesse período em que a pandemia assolava o país e o mundo, não os levavam nas suas atividades, como justifica a entrevistada Z3:

No tempo da covid não tinha como trazer criança para vender junto, porque, do jeito que estava a doença, não dava mesmo. Tínhamos que proteger a saúde das crianças, então eu deixava o meu filho com os irmãos. Nós também só vendíamos, já, porque precisávamos muito, senão eu ficava, também, em casa, mas não tinha essa opção de não vender (Z3, 2023).

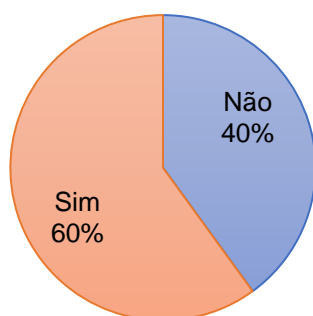
Percebe-se, então, que, mesmo com a responsabilidade de cuidar dos filhos, principalmente as zungueiras, que é o grupo que mais os carrega nas costas ou braços em sua rotina, elas optaram por não os levar aos mercados. Isso revela a preocupação com a segurança e o bem-estar de suas crianças, evitando expô-las a possíveis riscos da contaminação pelo vírus. Além disso, essa decisão destaca os desafios adicionais enfrentados no dia a dia por essas mulheres para conciliar suas responsabilidades familiares com suas atividades comerciais durante um período de crise da saúde pública.

O texto acima vem ao encontro do que foi relatado no estudo de Orlando dos Santos

O dia-a-dia das mulheres quitadeiras que nos é dado a ver no país, é de muita agitação. O cenário é de sobrevivência. Em fila ou não e sempre na mesma cadência, bebês às costas e cestos ou bacias à cabeça, deambulam aos gritos com que apregoam o negócio. Umas ambulantes e outras vendendo em lugar fixo nos mercados, todas procuram ganhar o pão de cada dia. As ambulantes fixam-se em qualquer esquina e sem nenhum tipo de cerimônia improvisam a sua “quitanda”. É mais ou menos nesse ritmo que foram surgindo no país, os vários mercados informais sob o olhar cúmplice das entidades responsáveis pela aplicação do código de postura» continuando: «As administrações locais do Estado destacam para os mercados agentes da fiscalização em número correspondente à dimensão de cada espaço, para procederem ao controlo da atividade das quitadeiras e à cobrança dos impostos previstos [Santos, 2010 apud JORNAL AMIGO, 2000].

Outrossim, conhecer os desafios que essas mulheres enfrentaram durante a pandemia é fundamental para compreender a extensão de suas dificuldades. O gráfico abaixo apresenta dados de renda proveniente do comércio informal na renda total familiar das mulheres entrevistadas.

Gráfico 2 – Representação da renda do comércio informal na renda total da família



Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Os dados obtidos nas entrevistas revelam que a maioria das mulheres entrevistadas, representando 60% do total, afirmou que o dinheiro obtido com seu trabalho diário é o principal sustento da casa. Por outro lado, 40% declarou que não depende exclusivamente da renda do seu trabalho diário, pois tem outras fontes de renda em casa que contribuem para o sustento da família.

Essa divisão nas respostas das entrevistadas aponta uma variedade de situações econômicas e familiares entre as participantes do estudo e das mulheres que estão inseridas nessas atividades de forma geral, pois, as que

dependem exclusivamente da renda de seu trabalho diário podem enfrentar maior dificuldade financeira no período pandêmico, uma vez que qualquer interrupção ou diminuição dessa fonte de renda afeta diretamente no sustento da família. Por outro lado, aquelas que têm outras fontes de renda em casa podem ter maior estabilidade financeira, pois contam com uma diversificação de fonte de sustento.

Diante do contexto e dos dados apresentados, fica claro que, para muitas mulheres, o comércio informal durante esse período não foi simplesmente uma fonte de renda secundária para o sustento da família, mas a principal para um número significativo de lares. Esse contexto reflete a realidade da sociedade luandense, em que um número significativo de mulheres envolvidas em atividades informais assume o papel de chefe de família, porque seus maridos não estão empregados, enquanto outras assumem esse papel devido ao fato de o salário de seus maridos ser inferior ao que elas ganham, como relatou a entrevistada Z1: “O meu marido é mecânico e, na pandemia, o dinheiro que eu vendia por dia chegava a ser maior que o que ele fazia, então eu tive que segurar a casa neste período” (Z1, 2023).

Isso evidencia o quanto essas mulheres, mesmo tendo companheiros em casa, desempenham um papel central na manutenção econômica de suas famílias, representando não apenas uma atividade secundária, mas a espinha dorsal da sua subsistência. Ainda, essa observação sugere uma série de questões sobre as dinâmicas familiares e econômicas em Luanda. Além disso, destaca a necessidade de uma abordagem ampla para lidar com as questões de pobreza, não reconhecendo apenas o papel fundamental das mulheres como colaboradoras financeiras, mas como agentes de mudanças e lideranças tanto nas suas casas como nas suas comunidades.

Ademais, o decreto presidencial nº 82/20 (Angola, 2020), nos seus artigos nº 3, 7, 17 e 18, respectivamente, anuncia: 1) Medidas de restrições a livre circulação; 2) Quarentena obrigatória; 3) Encerramento a todos estabelecimentos privados, excetuando alguns segmentos, como: (i) bens alimentares a retalho e a grosso, (ii) bancos e serviços de pagamentos, (iii) restauração para serviços externos designadamente *take-away* e entregas a

domicílio, (iv) hotelaria, (v) agências funerárias e serviços conexos, entre outros serviços; 4) Funcionamento dos mercados públicos formais/informais e a venda ambulante, podendo funcionar apenas no período compreendido das 6 às 13 horas, garantindo o distanciamento social entre os vendedores e compradores durante a compra, a qual foi proibida nos mercados informais de rua que provocassem concentração de pessoas.

Os órgãos competentes da Administração Local deviam criar as condições para a desinfestação regular dos mercados, bem como de higiene e salubridade do meio.

Posteriormente, o estado de emergência em Angola foi prorrogando, como mostra (Angola, 2020). Também, foi publicado o decreto executivo n° 143/20, que determinou as normas para os comerciantes e prestadores de serviço essenciais, em que todo estabelecimento comercial a grosso e a retalho estavam sujeitos ao cumprimento de um horário único de funcionamento das 8 às 16 horas.

Em 8 de maio de 2020, houve, a prorrogação do estado de emergência e das medidas excepcionais em vigor, conforme estabelecido no decreto presidencial n° 128/20. O artigo n° 22 desse decreto reforçou que os mercados formais/informais e as vendas ambulantes deveriam continuar seguindo as seguintes diretrizes: funcionar cinco dias por semana, de terça-feira a sábado, das 6h às 13h; exigir o uso obrigatório de máscaras faciais tanto para vendedores quanto para compradores nos mercados; e ficou proibida a venda e compra de produtos na via pública por vendedores ambulantes aos domingos e segundas-feiras (Angola, 2020).

Diante da situação anteriormente exposta, do total das mulheres entrevistadas, 84,2% afirmaram cumprir com as orientações impostas pelo governo, a fim de prevenir e salvaguardar a saúde tanto delas como da sua família, enquanto 15,8% responderam não cumprir com algumas orientações impostas, como relatam as entrevistadas abaixo.

Eu até cumpria algumas orientações, como usar sempre as máscaras antes de sair de casa e quando estivesse a vender, distanciamento, lavar sempre as mãos e usar o álcool em gel e não levava o meu filho na praça. As horas que eles estipularam eu também cumpria, não zungava nos bairros, porque não tinha como zungar, mas, eu não podia

vender um dia sim e outro dia não “meus filhos iam comer o que?”, por isso, quando eu não vendia na minha bancada, organizava as minhas coisas e dia seguinte ia em outro mercado zungar (Q8, 2023).

A pandemia afetou muito a população. Não podíamos vender todos os dias no mesmo mercado devido aos dias estipulados. No entanto, para garantir o sustento das crianças em casa, tive que encontrar uma maneira de não ficar em casa nos dias em que não podia vir aqui na praça (Q1, 2023).

Nós não cumprimos, mesmo. Não conseguimos cumprir por causa da fome. Quando diziam para não sair, nós saíamos, mesmo. Os fiscais mandavam voltar, mas nós insistíamos e íamos por outro caminho até chegar no mercado do 30<sup>11</sup> para comprar o negócio e revender. Para voltar, também era outra luta, mas aguentávamos mesmo assim. Se não fosse desse jeito mesmo, as tal máscaras e álcool poderíamos comprar como? (Q7, 2023).

Percebe-se, portanto, que o depoimento da entrevistada Q8 destaca que ela adotou as medidas de prevenção durante a pandemia. No entanto, ressalta a dificuldade de cumprir a restrição de vender em dias alternados, pois isso afetava na organização das finanças e, conseqüentemente, na alimentação dos filhos. É evidente que, para as mulheres cuja fonte de renda dependia do comércio informal para o sustento, nesse período da pandemia, mesmo adotando as medidas de segurança recomendadas como o distanciamento social, a higienização e o uso de máscaras faciais, a restrição de vender em dias alternados podia representar uma ameaça à sobrevivência de suas famílias, deixando-as em situação de vulnerabilidade econômica.

Santos (2020), ainda, relata que, mesmo diante das proibições impostas, a maioria das vendedoras ambulantes não interrompeu suas atividades profissionais. Isso ocorreu porque essas restrições, sem serem acompanhadas por outras medidas de apoio social de maneira eficiente, implicaram a muitas pessoas não ter recursos financeiros suficientes para acessar alguns serviços básicos, como a saúde, em caso de doença, ou para adquirir itens básicos necessários para esse período, como desinfetante e sabão.

---

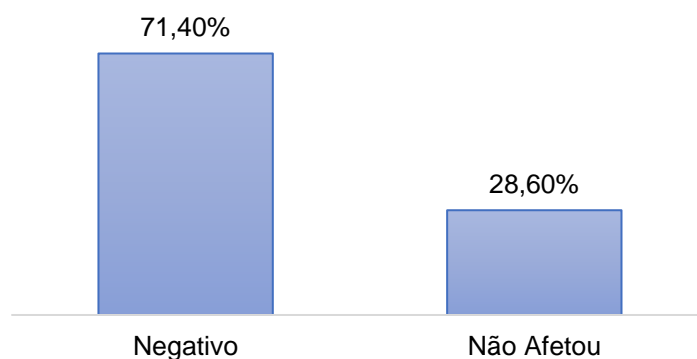
<sup>11</sup> O mercado do 30 é um dos grandes grossistas do setor alimentar e serve de abastecimento para outros mercados de Luanda.

Com relação ao depoimento da Q7, este destaca o grande dilema que muitas dessas mulheres tiveram que passar e se submeter, pois, para as famílias que dependiam do que ganhavam diariamente para seu sustento, a quarentena podia representar uma ameaça a sua subsistência, uma vez foram impedidas de trabalhar diariamente. Por esse motivo, muitas mulheres tiveram que desobedecer a algumas restrições impostas a fim de garantir comida para sua casa. Essa questão reflete a difícil escolha que esse grupo teve que enfrentar: seguir as medidas impostas pelo governo, com a finalidade de proteger suas vidas e de suas famílias do vírus, ou desafiar essas medidas para evitar a fome diária.

Toda essa reflexão destaca a desigualdade e a injustiça presentes em situações de crise como uma pandemia, em que as medidas de saúde pública podem afetar de maneira desproporcional aqueles que já estão em situações de vulnerabilidade econômica. Logo, a decisão de buscar alternativas, como vender em outros mercados nos dias em que a entrevistada não podia vender na sua bancada, evidencia a resistência e a criatividade dessas mulheres para enfrentar os desafios impostos pela pandemia da covid-19.

Ademais, as entrevistadas deixaram bem nítido que o estado de calamidade afetou diretamente a maneira de adquirir e comercializar os produtos, pois, quando isso foi questionado, 71,4% do total das entrevistadas alegou que a pandemia afetou de forma negativa na compra e na comercialização dos produtos, enquanto 28,6% relataram não sentir muita diferença na compra dos produtos, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – O impacto da Covid-19 na forma de adquirir e comercializar os produtos



Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Do total das entrevistadas, 71,4% alegou que a pandemia afetou de forma negativa na compra e na comercialização dos produtos; 28,6% relataram não sentir muita diferença na compra dos produtos, como demonstra o gráfico acima. Ademais, as entrevistadas relatam o seguinte:

Na pandemia, comprava normalmente os meus produtos, porque os armazéns<sup>12</sup> abriam, também. Então, quando o negócio está quase a terminar eu já me organizava para fazer as compras num dia que eu sabia que não ia vender (Q4, 2023).

Eu tive dificuldade de adquirir o negócio que eu vendia antes, porque vinha de fora. Esse e outros motivos me fez mudar de negócio na covid-19 (Q1, 2023).

Mesmo que conseguíamos comprar os produtos, por vezes tínhamos a dificuldade. Eu, que revendo os produtos das senhoras que vendem aqui no mercado, me dificultou, porque tinha lugares que não podiam vender. Com isso, eu tinha que ir no fundo para comprar e depois revender. Isso me roubava tempo (Z4, 2023).

Observa-se que os relatos de algumas mulheres indicam que a pandemia não interferiu na compra de produtos que comercializavam. Entretanto, há, também, relatos de dificuldades na forma de aquisição dos produtos, principalmente aqueles que vinham de fora do país. Essas dificuldades levaram algumas entrevistadas a mudar o foco de seus negócios durante esse período.

Dessarte, esses relatos evidenciam a diversidade de experiências das entrevistadas durante a pandemia. Enquanto algumas conseguiram manter suas fontes de suprimentos e continuar com suas operações, outras enfrentaram desafios significativos devido a interrupção das cadeias de fornecimento ou a dificuldade de acesso a determinados produtos.

Essas experiências ressaltam a resistência e a capacidade de adaptação das mulheres entrevistadas para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. Ainda, apesar de todas as dificuldades e os desafios enfrentados por algumas na aquisição de alguns produtos, a maioria conseguiu manter suas

---

<sup>12</sup> Armazéns são estabelecimentos comerciais de armazenamento de mercadorias importadas. São usados por fabricantes, importadores e transportadores a fim de vender mercadorias a grosso para as famílias e comerciantes.

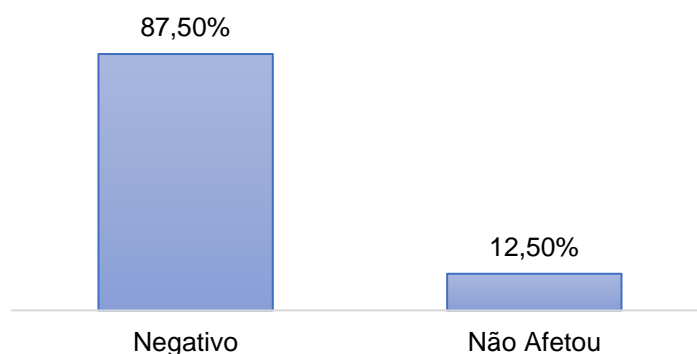
atividades comerciais, seja se organizando para comprar nos momentos adequados seja fazendo ajustes em seus negócios. Quanto à comercialização dos produtos das mulheres, a pandemia prejudicou ou impactou de forma negativa suas atividades comerciais, pois não podiam realizar suas vendas diárias, como explica a entrevistada abaixo.

Para nós, que vendemos verduras e legumes, fomos muito prejudicadas, porque quando não vendíamos todo negócio na terça-feira, tínhamos que fazer o esforço para despachar todo ele na quinta-feira, se não poderia não chegar em boas condições no sábado e os clientes não comprarem. Com isso, perdíamos o negócio e o dinheiro (Z4, 2023).

Mais uma vez, são vistos os desafios que essas mulheres tiveram que enfrentar no que concerne a comercialização de produtos, pois a restrição de vender todos os dias teve um impacto significativo nas vendas, especialmente para as que trabalhavam com verduras, legumes ou produtos perecíveis que precisam ser vendidos rapidamente para evitar a perda. Desse modo, a entrevistada expressa preocupação com a qualidade dos produtos, já que, se não forem vendidos a tempo, podem se deteriorar e afetar a reputação do seu negócio. Além disso, a necessidade de esgotar o estoque até determinado dia da semana coloca uma pressão adicional sobre as vendedoras, que precisam ajustar suas estratégias de venda para evitar prejuízos financeiros. Essa situação ilustra como a pandemia afetou diretamente a dinâmica de trabalho das mulheres entrevistadas, exigindo delas uma gestão mais cuidadosa dos recursos e uma adaptação rápida às novas condições de mercado.

No que concerne ao faturamento, a maioria das entrevistadas sentiu alteração significativa durante a pandemia em comparação com o período anterior. Como ilustra o gráfico abaixo, 87,5% do total das entrevistadas afirmou sentir essa diferença, já as 12,5% restantes disseram não senti-la. Essa mudança é atribuída, novamente, pela impossibilidade de vender todos os dias, conforme relatado por algumas entrevistadas. Ainda, a restrição nas frequências de venda exigiu das mulheres um planejamento cuidadoso para garantir que conseguissem gerar renda suficiente para o sustento da família, como é reforçado na fala da entrevistada Q11.

Gráfico 4 – O impacto da Covid-19 no faturamento das mulheres



Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2023

Como ilustra o gráfico acima, 87,5% do total das entrevistadas afirmou sentir essa diferença, já os 12,5% disseram não sentir muita diferença. Essa diferença é atribuída novamente pela impossibilidade de vender todos os dias, conforme é relatado por algumas entrevistadas. Essa restrição nas frequências de venda exigiu das mulheres um planejamento cuidadoso para garantir que conseguissem gerar renda suficiente para o sustento da família como é reforçado na fala da entrevistada Q11.

Antes da pandemia já não vendíamos muito bem por causa da situação que o país se encontrava. Tudo estava muito caro. Os produtos não paravam de subir. E, quando veio a pandemia, as coisas só pioraram, porque não vendíamos todos os dias, porque foi estipulado que só podíamos vender um dia sim e outro dia não. No caso, era permitido vender só 3 vezes na semana, então precisávamos nos calcular muito mais por causa dos dias que ficávamos em casa, para não faltar o que comer em casa no dia seguinte (Q11, 2023).

A entrevistada acima destacou que precisava fazer cálculos detalhados nos dias em que vendia para suprir o dia que não era vendido, para garantia da comida dentro de casa. Essa insegurança do faturamento do dia seguinte trazia o medo de não ter o que comer nos próximos dias, ou seja, a incerteza de conseguir garantir a alimentação de suas famílias, o que evidencia a vulnerabilidade financeira, uma vez que a renda familiar para sobrevivência dependia única e exclusivamente da obtida dessas atividades informais.

Acerca disso, no que concerne às estratégias adotadas no período da pandemia da covid-19 a fim de sobreviver, se autossustentar e sustentar a família, as entrevistadas Q5 e Q6 afirmaram:

A covid-19 foi um período de muitos desafios, porque as coisas estavam realmente muito complicadas e difíceis. Deus nos ajudou e conseguimos dar conta. Graças a Deus nós, que vendíamos comida, sempre voltávamos com qualquer coisa em casa, porque as famílias precisavam comer. Essa foi a nossa maior vantagem na pandemia. Então, fazendo bem as matemáticas no dia conseguíamos levar pelo menos comida para dois dias (Q5, 2023).

Na covid, o desafio era sobreviver. Para continuar vivo, a única estratégia era usar a cabeça para não ficar sem comer e não pegar a covid, porque já tínhamos medo de que as crianças ficassem fracas por causa da fome, porque no hospital já poderiam dizer que era covid (Q6, 2023).

O trecho da entrevistada Q5 traz consigo não apenas a questão da resistência que essas mulheres tinham, mas a importância da fé e da crença em momentos difíceis, como o que o mundo estava enfrentando. Nele, percebeu-se o sentimento de gratidão pela força maior, Deus, devido à menção da intervenção divina como um fator muito importante nesse período da pandemia da covid-19. Além disso, foi evidenciada a venda de comida como uma vantagem crucial nesse período, destacando a necessidade básica e universal de alimentação. Logo, ficou explícito que, mesmo diante das adversidades, Q5 e sua família conseguiam lidar com a situação e garantir que tivessem algo para comer. Desta feita, nota-se as habilidades dessas mulheres para enfrentar a crise, pois, apesar das limitações e desafios impostos pela pandemia, elas conseguiam encontrar maneiras de gerar rendas e garantir o sustento e a sobrevivência de suas famílias.

Já a Q6 traz como principal desafio a simples sobrevivência, o permanecer vivo. Essa entrevistada destacou que a única estratégia disponível era usar a criatividade e o raciocínio para garantir que não faltasse comida em casa. Isso porque havia um temor constante de que as crianças sofressem de desnutrição devido à falta de alimentos e o receio de que, ao buscar ajuda médica, os sintomas decorrentes da fome pudessem ser confundidos com os da covid-19, complicando ainda mais a situação.

Essa resposta evidencia a extrema precariedade em que muitas famílias se encontravam durante a pandemia, tendo que enfrentar não apenas os riscos de contágio pelo vírus, mas as dificuldades de manter o sustento básico diário. Assim, a necessidade de pensar de forma estratégica para garantir a

alimentação básica mostra as profundas disparidades sociais e econômicas exacerbadas, também, pela crise sanitária.

Ainda, as falas das entrevistadas destacam a resistência e a determinação desse grupo de mulheres que enfrentam desafios diários em suas atividades como vendedoras ambulantes. Elas explicam que continuam nesse trabalho árduo porque, para muitas, é a única fonte de sustento para suas famílias, enquanto para outras, mesmo tendo seus parceiros para ajudar, estes necessitam do apoio financeiro delas, especialmente para garantir que seus filhos tenham acesso à alimentação, moradia e educação. Sobre esse quesito, as entrevistadas destacam o seguinte:

...se não nos sacrificarmos, quem vai se sacrificar pelos nossos filhos? Os meninos não vão estudar? Porque não é só a comida e o aluguel da casa, é a escola, também, que temos que pagar. O nosso esforço é para que os nossos filhos estudem e sejam alguém futuramente, para não seguir o mesmo caminho que nós passamos (Q5, 2023).

É, mesmo, difícil. Não é fácil acordar cedo e sair de casa. Ainda mais com essa doença. Mas, é a única forma que temos para continuar sustentando as crianças e a casa. Se não fizermos isso, as crianças não vão estudar, e eles precisam continuar a estudar para encontrar um bom emprego. Só o caso do meu filho, particularmente, terminou o ensino médio e não está trabalhando até hoje, e a luta, agora, é para ele entrar na faculdade. Então, temos que nos virar para dar conta de tudo isso, por isso não dar pra ficar em casa, temos que suportar, aguentar e se virar nos 30 (Q6, 2023).

A primeira citação ressalta a preocupação da entrevistada com o bem-estar e o futuro de seus filhos. Ela reconhece que, se não se sacrificar para trabalhar e sustentar suas famílias, ninguém mais o fará. Também, além da comida e do aluguel, ela menciona as despesas escolares como parte dos encargos financeiros que precisa enfrentar.

Na segunda citação, a entrevistada Q6 destaca a dificuldade e o sacrifício de sair de casa, especialmente durante a pandemia, quando o risco de contágio é uma preocupação adicional. A última fala dela destaca a luta contínua das entrevistadas para garantir oportunidades educacionais para seus filhos, mesmo quando enfrentam obstáculos financeiros significativos. Ademais, ela deixa explícito que está determinada a apoiar seu filho na busca por uma

educação superior e por melhores oportunidades de emprego, mesmo que isso exija sacrifícios adicionais.

O argumento central das entrevistadas é que o seu trabalho é essencial para garantir que seus filhos possam continuar estudando e, eventualmente, conseguir um bom emprego no futuro, o que demonstra o comprometimento profundo com o sucesso educacional deles. Outrossim, essas narrativas ilustram a complexidade das vidas dessas mulheres e a importância crucial que atribuem à educação de seus filhos como um meio de melhores oportunidades de emprego, de romper com o ciclo de pobreza e de oferecer a eles um futuro mais promissor.

O esforço delas é direcionado não apenas para garantir as necessidades básicas do presente, mas para investir no futuro educacional de seus filhos, visando proporcionar a eles oportunidades melhores do que as que elas tiveram.

Ainda, com base no anteriormente exposto, é importante ressaltar a importância de políticas públicas e de programas específicos para apoiar as mulheres que enfrentaram todos esses desafios significativos durante a pandemia da covid-19, uma vez que se percebeu que essas mulheres se defrontaram com dificuldades adicionais nesse período de crise, desde a interrupção das cadeias de abastecimento até as restrições estabelecidas. Além dessas medidas de combate às dificuldades enfrentadas por essas mulheres, também se destaca a importância da prevenção, especialmente no que diz respeito à preocupação delas em evitar que seus filhos sigam o mesmo caminho.

Sendo assim, ao investir na prevenção e no futuro das novas gerações, o governo pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa a longo prazo. Isso envolve oportunidades educacionais, econômicas e empregatícias para crianças e jovens, criando um ambiente em que o acesso ao trabalho e a participação ativa na economia sejam vistos como caminhos viáveis para o sucesso.

De acordo com o Diário da República (2020), o governo angolano mostrou essa preocupação, Implementado um programa social o qual foi coordenado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

(Minfam) e pelo Fundo de Apoio de Acção Social (FAZ). Desta feita, em março de 2020, foi aprovado o programa *kwenda*, pela comissão econômica, financiado conjuntamente pelo governo e pelo Banco Mundial, e publicizado em 04 de maio no Diário da República nº 125/20, que teve como objetivo o Fortalecimento da Proteção Social e a criação de um sistema de proteção social abrangente para enfrentar o problema da pobreza, concedendo renda às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, incluindo-as em atividades que geram rendas e as incentivando a trabalhar.

Além disso, o objetivo do programa supramencionado era de fortalecer os mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Proteção Social, proporcionando apoio financeiro, institucional e metodológico às famílias. Para fornecer esse apoio financeiro, foi proposta, pelo executivo, a distribuição de renda mensal fixa de Kz 8.500,00 (oito mil e quinhentos *kwanzas*) a elas, por meio das Transferências Sociais Monetárias. Assim, a seção de inclusão produtiva visou aumentar a capacidade produtiva, financeira e de compra das famílias de forma sustentável, identificando atividades lucrativas que atendessem às necessidades específicas dos grupos-alvo do programa (Angola, 2020). Realça-se, ainda, que, de acordo as prioridades do orçamento geral do Estado, em 2022, a transferência monetária seria atualizada para Kz 11.000,00 (Angola, 2023).

Uma vez que a proteção social é reconhecida como um direito dos cidadãos, sendo, portanto, responsabilidade do Estado garantir sua implementação efetiva, nesse contexto, se fez necessária a urgência da assistência social do estado às famílias. Todavia, apesar da existência de programas e/ou de ações sociais voltadas para a população mais necessitada, são evidenciadas as limitações de recursos humanos e financeiros para arcar com os custos do programa, bem como a falta de estratégias eficientes que pudessem abranger aos mais carentes. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal, as quais foram as mais afetadas pela pandemia por serem carentes e dependerem dos rendimentos obtidos diariamente dessas atividades, dificultando ainda mais sua questão socioeconômica (Félix, 2020b).

Ainda sobre o Programa de Transferência Social Monetário, é importante destacar que ele não alcançou o total da população em situação de vulnerabilidade, abrangendo, apenas, cerca de 6 mil famílias em um programa experimental. Além disso, o valor do subsídio, que era de cerca de 8 mil *kwanzas*, não foi suficiente para atender às necessidades básicas da maioria das famílias angolanas, as quais, em grande parte, obtinham sua principal fonte de renda por meio de atividades informais, predominantemente desempenhadas por mulheres como vendedoras ambulantes, comerciantes de mercados, cabeleireiras, entre outras (Feminista, 2020).

Conforme os resultados obtidos nas entrevistas, tornou-se evidente a difícil situação de sobrevivência enfrentada pelas mulheres envolvidas nas atividades informais durante a pandemia da covid-19. Dos dados coletados, foi observado que mais de 70% das entrevistadas afirmaram não ter recebido qualquer assistência do governo angolano, além de desconhecer os programas ou ações governamentais implementadas durante esse período para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade. Isso levou algumas delas a arriscarem suas vidas em busca do sustento diário, mesmo que fosse proibido, como relatou uma das entrevistadas:

... nós não recebemos nada de ajuda durante a covid. Parece que o governo estava nem aí pra nós. Aqui, neste país, é cada um por si e Deus pra todos. O governo não nos ajudou em nada. Única coisa que fazia era nos proibir de ir vender (Z7, 2023).

O depoimento da Z7 reflete a percepção de falta de apoio por parte do governo durante a pandemia da covid-19. A entrevistada expressa frustração e desapontamento com a ausência de ajuda direta, afirmando que o governo parecia não se importar com a situação das famílias mais carentes, em particular com as mulheres que estavam na informalidade. Esse entendimento pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo possíveis faltas de comunicação e de implementação de políticas públicas eficientes para apoiar esse grupo, bem como a limitação nos recursos disponíveis para atender às necessidades de uma população tão vulnerável.

Além disso, o comentário “aqui, neste país, cada um por si e Deus para todos” transmite uma sensação de desamparo e levanta a questão da

(in)capacidade do governo de atender às necessidades da camada mais vulnerável e da (in)eficácia dessas ações ou programas que foram implementados no período da pandemia a fim de ajudar as famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade nesse momento em que a crise assolava o mundo. Essas questões evidenciam uma falha sistêmica na resposta do governo à pandemia, em que a falta de solidariedade e cooperação pode levar a uma maior fragmentação da sociedade e aumentar as disparidades sociais.

Isso posto, é importante analisar essas preocupações e considerar como as políticas públicas podem ser melhoradas e melhor direcionadas para garantir que todas as pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, recebam o apoio necessário durante crises como a pandemia da covid-19, pois, de acordo as entrevistas feitas, percebeu-se que muitas mulheres não tiveram acesso a nenhum benefício ou ajuda por parte do governo e, na sua maioria, não tinham conhecimento da existência do programa *Kwenda*. Desse modo, apesar da existência de programas ou ações sociais voltadas para a população mais necessitada, percebeu-se as limitações de recursos humanos e financeiros para arcar com os custos do programa, assim como a falta de estratégias eficientes que pudessem atingir a população mais carente. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal.

No texto *Mulheres e o comércio informal em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid-19*, de Telo de 2021, a autora destaca que a crise agravada pela pandemia da covid-19, em Angola, aconteceu em um ambiente carente de políticas públicas governamentais eficazes. Ainda, afirma que a crise da pandemia se agravou, de forma mais intensa, para esse grupo do mercado informal, que foram consideradas as mais afetadas no período da pandemia, por fatores históricos como a pobreza, a desigualdade e o acesso limitado a recursos e direitos para a maioria da população, particularmente para as mulheres. Telo, também, reforça a necessidade e a vulnerabilidade específicas das mulheres, reconhecendo as suas lutas históricas e a necessidade de intervenção específica.

Desta feita, faz-se necessário compreender o contexto histórico e as suas especificidades para a formação de políticas públicas que apoiem, eficazmente, as mulheres em Angola. Além disso, a autora supra referenciada realça que as mulheres não são o único grupo vulnerável no país, mas destaca os desafios únicos enfrentados por elas, especialmente as oriundas de meios marginalizados (Telo, 2021).

Segundo o Relatório Anual Do Programa *Kwenda*, de 2022, o referido programa tem uma magnitude significativa e diversas limitações, conforme descrito nos dados de contextos fornecidos. Esse programa fez progressos substanciais, com mais de 3 milhões de pessoas registradas e pagamentos significativos efetuados aos beneficiários. Ademais, ele tem demonstrado relevância na abordagem da pobreza multidimensional predominante em Angola, alinhando-se com as políticas nacionais de proteção social e contribuindo para a coordenação da política social no país. Ainda, converge com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, centrando-se, particularmente, na erradicação da pobreza, no crescimento econômico sustentável e na redução das desigualdades.

Contudo, o programa *Kwenda* enfrenta implicações logísticas, custos elevados, cobertura geográfica limitada do sistema bancário, soluções tecnológicas inadequadas e redes de telecomunicações insuficientes. Logo, a fim de que seja direcionado da melhor forma e que possa impactar de maneira assertiva o grupo necessitado, é preciso um sistema dinâmico para gerir dados e contribuir com a superação de desafios na adaptação dos mecanismos de pagamentos convencionais à dinâmica do *Kwenda*, bem como que seja capaz de ajudar a passar pela pressão enfrentada durante períodos específicos devido a implicações políticas e logísticas.

Por fim, é válido salientar que o programa mencionado encontrou desafios relacionados à vulnerabilidade e exclusão dos indivíduos cadastrados, incluindo questões como falta de documentos de identificação, baixas taxas de alfabetização e um número significativo de pessoas declarando incapacidade total para o trabalho (Fas, 2023).

Acerca disso, Félix (2020b) ressalta que, embora o governo tente reduzir os efeitos negativos, por meio de acolhimento, ao abrigar parte da população sem teto em centros e assegurá-la, não são evidentes ações de apoio direto às mulheres trabalhadoras informais, particularmente as afetadas pelas restrições decorrentes do estado de emergência. Na época, inicialmente, foi permitido a elas trabalhar apenas meio período expediente por três dias na semana, o que, posteriormente, foi por mais tempo, mas, ainda, de forma limitada, uma vez que os clientes não podiam sair de casa devido a quarentena.

Outrossim, Florita Telo, diretora adjunta de uma Organização Não Governamental (ONG) em Angola, reforça, em entrevista, sobre como foi agravada a situação das vendedoras ambulantes no país, afirmando que, durante esse período, as mulheres que trabalhavam no mercado informal enfrentaram uma redução significativa de até 85% em seus rendimentos. De acordo com Telo, a pandemia exacerbou as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, afetando seu acesso a mercadorias, sua capacidade de vendê-las e seu número de clientes, além de dificultar sua locomoção (Borrinho Ndomba, 2020).

Dessa forma, é válido lembrar que o governo impôs restrições à atividade comercial nos mercados informais nesse período, limitando a venda a apenas três dias por semana, das 6h às 13h, e que essa medida agravou os problemas enfrentados pelas famílias das vendedoras ambulantes, levando a dificuldades adicionais para suprir necessidades básicas, como alimentação, e, até mesmo, resultando em demissões de maridos de algumas delas. Também, essas restrições alteraram significativamente a rotina das mulheres e suas famílias.

Essa análise evidencia não apenas os desafios econômicos enfrentados por elas no mercado informal durante a pandemia, mas os impactos sociais e familiares das medidas governamentais restritivas, pois, a falta de acesso à renda e aos recursos básicos não somente afeta às mulheres diretamente envolvidas nas atividades informais, mas suas famílias e comunidades mais amplas, demonstrando a importância de políticas sociais e econômicas mais abrangentes e sensíveis às necessidades das populações

vulneráveis (Borrinho Ndomba, 2020). Nesse sentido, as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômicas são fundamentais para amparar e integrar as mulheres em situação de vulnerabilidade. Entretanto, como apontado pelas entrevistadas, mais de 70% não recebeu qualquer assistência.

Ainda, é importante frisar que, apesar das iniciativas do governo para implementar ações e programas sociais destinados a ajudar as famílias vulneráveis durante a pandemia, muitas delas não tinham conhecimento da existência desses programas e ações. Como resultado, a maioria não teve acesso aos benefícios oferecidos durante esse período desafiador. Isso ressalta a urgência de políticas sociais mais eficazes e sistemas de apoio melhor direcionados, a fim de garantir que esses recursos alcancem adequadamente o grupo mais necessitado. Ademais, essa falta de conscientização e de acesso destaca as lacunas existentes na comunicação e implementação dessas políticas, enfatizando a importância de uma abordagem mais abrangente e proativa por parte do governo para atender às necessidades das comunidades mais vulneráveis.

Além de enfrentar dificuldades de acesso às políticas governamentais, as mulheres que trabalham no mercado informal de Luanda enfrentaram uma série de desafios durante a pandemia. Entre eles, destacam-se a redução dos espaços de venda disponíveis, a diminuição dos dias e horas de funcionamento dos mercados e, para algumas, até mesmo as dificuldades no acesso aos produtos para revenda, como mencionado durante as entrevistas. Ainda, a pandemia da covid-19 reforçou a implementação de instrumentos de regulação do mercado, porém, isso tem gerado controvérsias e conflitos até os dias atuais. Por consequência, os debates em torno das medidas de regulação do mercado destacam a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção da saúde pública e o apoio aos meios de subsistência das trabalhadoras informais, o que evidencia a complexidade das políticas públicas necessárias para encarar os desafios específicos enfrentados por esse grupo não só durante a pandemia, mas, também, nos dias de hoje.

Em vista disso, a estratégia do governo para ordenar o comércio informal é trabalhar por meio de implementação de uma série de medidas

relacionadas às atividades informais, como o Plano de Reconversão da Economia Informal, estabelecido no Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual tem como principal objetivo promover iniciativas que incentivem a transição da economia informal para modelos mais formais, visando aumentar os níveis de renda das famílias nessa situação e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida delas. Dentro do contexto em que esse plano se encontra, ele busca contribuir para uma estruturação mais organizada do mercado de trabalho, criando condições mais justas e competitivas.

Essa busca pode ser alcançada por meio do estímulo à regularização das atividades econômicas, à promoção do emprego digno, à garantia da segurança dos consumidores, ao aumento da arrecadação fiscal do Estado e à ampliação da inclusão bancária no país. Ainda, é válido explicitar que a Operação Resgate foi uma iniciativa do executivo para combater a corrupção que se concentrava, especialmente, na organização da venda ambulante e na repressão ao comércio ilegal de peças de veículos e de outras atividades que prejudicavam a segurança e a ordem pública (Kitambo Business Consulting, 2019).

Essas estratégias do governo têm resultado em episódios de violência, mortes e prejuízos para esse grupo de mulheres trabalhadoras informais, com diversos relatos documentados de brutalidade contra as zungueiras, especificamente. A advogada Margareth Nangacovie acredita que o problema citado é agravado pela falta de eficácia nas ações do Estado, deixando a sensação de que cada vez menos há uma resposta adequada por parte das autoridades (Ndomba, 2023). Essa situação reflete não apenas a vulnerabilidade das mulheres que trabalham no mercado informal, mas as falhas no sistema de segurança e na proteção dos direitos humanos em Angola (Ndomba, 2023).

Desse modo, a ineficácia do Estado em lidar com essa violência aumenta a sensação de impunidade e insegurança entre as mulheres, além de minar a confiança na capacidade do governo de garantir a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos (Ndomba, 2023). Isso vem resultando na revolta de algumas mulheres e faz com que muitas tenham preferência no período da pandemia, quando a violência era menor, como relata uma das entrevistadas:

“...na pandemia, até vendíamos melhor do que hoje em dia, tínhamos um pouco de paz. Atualmente, além de tudo estar muito alto, não há paz, os fiscais sempre a nos derem corridas (Z3,2023)”.

Figura 6 – Mulheres fugindo os fiscais durante a venda



Fonte: Osvaldo Silva. In: Instagram Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2024.

Portanto, concluímos este capítulo ressaltando que o programa *Kwenda*, por si só, não conseguiu garantir a segurança alimentar das famílias mais vulneráveis em Angola. Isso se evidencia ao observar o valor estipulado para cada beneficiário, que não acompanha o nível extremamente alto de inflação que o país enfrenta. Outrossim, a insuficiência dos recursos fornecidos pelo programa não apenas deixa as famílias vulneráveis em uma situação precária, mas destaca a necessidade urgente de revisão das políticas de apoio social. Essa constatação levanta significativas questões sobre a eficácia das políticas de assistência social no país.

Ademais, essa análise ressalta a importância de políticas públicas mais abrangentes e eficazes, que levem em consideração não somente as necessidades imediatas, mas, também, o contexto econômico e social mais amplo. Além disso, evidencia a necessidade de uma abordagem mais holística para abordar os desafios da segurança alimentar em Angola, incluindo medidas para controlar a inflação e garantir que os programas de assistência social sejam verdadeiramente eficazes na proteção das famílias vulneráveis.

Diante do exposto, é esperado que a pesquisa tenha contribuído para uma melhor compreensão desse cenário complexo e desafiador. Além disso,

espera-se que continue fornecendo subsídios relevantes para a execução e aprimoramento das políticas públicas voltadas para os trabalhadores informais. Esses relatos obtidos e de outras pesquisas anteriores possam servir como base para a implementação de medidas mais eficazes e abrangentes, visando promover a inclusão social, garantir o acesso a direitos básicos e melhorar as condições de vida desses trabalhadores. Ademais, é fundamental que os resultados dessa pesquisa incentivem a continuidade de novos estudos e investigações sobre o tema. A pesquisa contínua é essencial para aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas do mercado informal, identificar desafios emergentes e desenvolver soluções inovadoras que atendam às necessidades em constante evolução dos trabalhadores informais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade é uma realidade cotidiana não só em Angola, mas, também, em outros países do mundo. Em Angola, esse panorama é especialmente pronunciado, com cerca de 8 em cada 10 pessoas empregadas operando no setor informal, uma tendência que é prevalente entre mulheres e jovens. A crise desencadeada pela pandemia da covid-19 expôs, de forma contundente, a extrema vulnerabilidade enfrentada por populações carentes, sobretudo as mulheres que compõem a maioria dos trabalhadores informais, particularmente nas áreas urbanas como Luanda, conforme mencionado por Lopes (2009).

Com isso, buscou-se, por meio desse estudo, destacar a presença das mulheres no trabalho informal em Luanda no período pandêmico, objetivando identificar como a pandemia da covid-19 afetou suas condições de trabalho. A pandemia nos levou a uma profunda compreensão das complexidades e desafios enfrentados por essas trabalhadoras em um contexto histórico, social, cultural e político.

Ao longo deste trabalho, foram exploradas as raízes do mercado informal em Luanda, desde seu processo histórico até sua manifestação contemporânea. Percebeu-se que fatores como urbanização rápida, falta de oportunidades formais de emprego e desigualdades de gênero contribuíram para a expansão do trabalho informal.

Desse modo, a segregação nas áreas urbanas, o rápido crescimento urbano e a intensificação da carga de trabalho enfrentada pelas mulheres foram aspectos notáveis. Ademais, a ausência de políticas públicas eficazes para proteger socialmente as trabalhadoras informais destacou as disparidades de gênero e a fragilidade dessas mulheres, especialmente em tempos de crise, como a pandemia.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram identificados elementos de grande pertinência e bastante complexos. A investigação das condições enfrentadas pelas quitandeiras e zungueiras destacou a relevância tanto econômica quanto social dessas atividades informais. Assim, ficou evidente que essas mulheres desempenham um papel fundamental não só na

geração de renda e no sustento de suas famílias, mas para as comunidades, fornecendo produtos alimentícios e outros itens essenciais em mercados informais, apresentando uma grande significância na contribuição para a economia, pois ajudam a impulsionar o comércio local e a manter o fluxo de produtos básicos, especialmente em áreas onde o acesso a mercados formais é limitado. Além disso, as quitandeiras e zungueiras desempenham um papel social importante ao fornecerem alimentos acessíveis para a população, muitas vezes em comunidades carentes, pois elas são fonte de produtos básicos, ajudando a garantir a segurança alimentar e o bem-estar de muitas famílias angolanas. Seus negócios informais não apenas sustentam suas próprias famílias, mas, também, desempenham um papel vital na subsistência de outras pessoas da comunidade.

A economia informal em Angola é diversificada. Esta pesquisa, ainda, revelou diferenças significativas em termos de idade, atividade econômica, nível de educação, tempo de atuação nas atividades informais e outros aspectos entre as participantes, além de destacar a interconexão existente entre esses fatores. Essa heterogeneidade na economia informal reflete a diversidade de experiências e contextos das trabalhadoras informais em Angola. Outrossim, a interconexão observada em relação à idade, ao nível de educação e ao tempo de atuação destacam a complexidade do setor informal e a variedade de trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência adotadas por aquelas que nele atuam.

A fé desempenhou um papel crucial para muitas pessoas durante a pandemia oferecendo conforto e esperança em tempos de incerteza. Algumas mulheres entrevistadas expressaram o sentimento de gratidão e fé encontrada especialmente neste período desafiador na qual precisavam garantir o sustento de suas famílias. Desta feita, é importante considerar alguns aspectos para evitar interpretações que possam desviar a responsabilidade do governo ou até mesmo incentivar o comodismo, diminuindo a responsabilidade e a obrigação que o governo tem principalmente em momentos de crise. Pois, se a narrativa de superação pessoal e fé não for equilibrada com uma crítica construtiva à falta de apoio governamental, corre-se o risco de promover um comodismo nocivo. O

reconhecimento da fé e da persistência dessas mulheres deve ser acompanhado por um apelo por melhores políticas públicas e por uma sociedade mais justa, para evitar que a fala resulte em comodismo, é importante enfatizar que a fé e a gratidão são componentes valiosos, mas que não substituem a necessidade de ações governamentais efetivas, ou seja, a fé e a persistência das pessoas não deve ser usada como desculpa para a inação governamental ou para a perpetuação de condições precárias de vida.

No entanto, é crucial reconhecer os desafios enfrentados por essas mulheres no exercício de suas atividades informais nesse período tão controverso que foi da pandemia da covid-19, pois, nele, elas continuaram operando em condições precárias, enfrentando a falta de infraestrutura adequada e o acesso limitado a recursos financeiros, estando vulneráveis a pressões externas, como regulamentações governamentais e flutuações econômicas. Logo, esta pesquisa destaca a importância de analisar o trabalho das mulheres no mercado informal e ressalta a necessidade premente de considerar políticas públicas voltadas para essa questão.

Dessarte, é crucial reconhecer que esse não é apenas um problema específico da realidade angolana, mas uma questão que afeta muitas outras sociedades em todo o mundo. Ademais, o estudo, buscou não apenas entender os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado informal, mas, também, compreender como o governo Angolano buscou soluções por meio de medidas eficazes para apoiar e proteger essas trabalhadoras. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam assistência para este grupo, que foi considerado o mais vulnerável nesse período da calamidade, pois, ao abordar essas questões, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental na melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres no mercado informal, especialmente em se tratando de um período em que o mundo estava passando por uma terrível crise pandêmica.

Portanto, é notório que a pandemia da covid-19 agravou ainda mais esses desafios, uma vez que as pesquisas indicam que os trabalhadores e os empreendimentos da economia informal foram particularmente afetados pelas restrições econômicas impostas nessa época. Essa situação se evidenciou,

principalmente, pela diminuição das atividades comerciais e pela redução do número de clientes. Esses fatos revelam o grande desafio que esse grupo enfrentou no momento de crise, já que muitas dessas mulheres dependem fortemente da movimentação econômica diária e do contato direto com os consumidores para garantir sua subsistência.

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de contradições e controvérsias para as mulheres do mercado informal em Angola. Embora o período pandêmico tenha sido marcado por desafios econômicos e de saúde sem precedentes, algumas mulheres que trabalham no setor informal relataram experiências paradoxalmente mais favoráveis durante a pandemia em comparação com os tempos normais. Essas contradições surgem de diversas razões, particularmente relacionadas à fiscalização do comércio informal. Pois, em tempos normais as mulheres que trabalham no mercado informal em Angola enfrentam fiscalização rigorosa por parte dos fiscais por parte das autoridades. Essa fiscalização pode incluir desde a cobrança de taxas até a interrupção das atividades comerciais, muitas vezes resultando em perdas de mercadorias ou multas pesadas. Essas ações podem ser extremamente disruptivas, reduzindo a capacidade dessas mulheres de manterem uma fonte de renda estável. Durante a pandemia, as restrições e medidas de controle focaram-se principalmente na contenção da disseminação do vírus, o que levou a uma redução da fiscalização intensiva das atividades do mercado informal. Essa mudança trouxe um alívio temporário para as vendedoras informais, permitindo que elas operassem com menos interrupções e, em alguns casos, com maior liberdade do que nos períodos não pandêmicos.

Ao longo das experiências compartilhadas por mulheres envolvidas no comércio informal durante a pandemia da covid-19, a pesquisa evidenciou a resistência, a capacidade criativa e as batalhas que essas mulheres enfrentaram para sustentar suas famílias. Elas confrontaram uma série de desafios, incluindo acesso restrito aos mercados, diminuição na jornada de trabalho, instabilidade financeira e necessidade de se adaptar rapidamente a circunstâncias em constante mudança. Todavia, apesar dessas adversidades, demonstraram

habilidade e determinação para assegurar a segurança alimentar e a estabilidade econômica de seus lares.

Ainda, as narrativas das entrevistadas destacam o papel crucial desempenhado por estas na manutenção do sustento de suas famílias e comunidades durante períodos de crise. Suas histórias ilustram vividamente a importância das economias informais e ressaltam a necessidade de políticas específicas para apoiar populações vulneráveis, especialmente as mulheres que trabalham em setores informais. Assim, é essencial compreender as complexidades das economias informais e reconhecer o papel vital desempenhado por essas mulheres na sustentação de suas famílias e na resistência das comunidades durante momentos difíceis.

Ademais, o presente estudo confirma que a cobertura da segurança social é bastante limitada entre os trabalhadores informais, uma vez que a maioria das entrevistadas demonstrou falta de conhecimento sobre os benefícios ou ações sociais implementadas pelo governo durante esse período. Além disso, as organizações que representam os atores da economia informal são diversas e têm pouca conexão entre si. Na maioria dos casos, essas organizações enfrentam dificuldades financeiras e técnicas, o que limita seu funcionamento pleno. Portanto, essa heterogeneidade deve ser considerada ao elaborar políticas e estratégias mais eficazes na implementação e divulgação dos benefícios sociais. Também, é essencial que sejam desenvolvidas abordagens específicas que levem em conta as diferentes realidades e necessidades dos trabalhadores informais, visando garantir que tenham acesso adequado à segurança social e outros recursos essenciais. Desse modo, ao reconhecer e abordar essas disparidades, podemos promover uma maior inclusão e proteção social para os trabalhadores informais em Angola.

Isso posto, é possível concluir que os desafios enfrentados pelas mulheres entrevistadas neste estudo não são distintos, visto que todas compartilham experiências comuns, como o cansaço decorrente da rotina entre casa e trabalho, além da principal motivação que as impulsiona nessas atividades: o sustento de seus lares e a sobrevivência de seus filhos, mesmo durante um período tão conflituoso e perigoso como o da pandemia da covid-19.

Essa constatação ressalta como a maternidade e a responsabilidade familiar determinam essas mulheres a perseverar e permanecer engajadas no mercado informal. Assim, mesmo diante das adversidades enfrentadas, elas têm motivação para enfrentar os desafios diários, a qual é alimentada pelo desejo de proporcionar uma vida melhor para seus filhos e garantir sua segurança e bem-estar. Portanto, ao entender a poderosa força motriz por trás da resistência dessas mulheres, podemos reconhecer o quão são importantes as políticas públicas, programas e ações sociais que as apoiem de forma abrangente e eficaz, fornecendo recursos e oportunidades para melhorar suas condições de trabalho e garantir uma vida digna para elas e para suas famílias. Outrossim, elas representam um elemento vital da economia e da sociedade e sua determinação em enfrentar os desafios merece ser reconhecida e valorizada.

Além disso, é evidente que há preocupação não apenas com o bem-estar imediato dos filhos, mas com seu futuro, o que motiva essas mulheres a enfrentar as dificuldades, incluindo o risco de contágio pela pandemia da covid-19. Nesse sentido, torna-se extremamente importante que o governo angolano não somente desenvolva políticas de combate à pobreza e à vulnerabilidade, mas aja preventivamente para evitar que essas situações ocorram. Sendo assim, é imperativo que o governo adote medidas proativas, como investimentos em educação, saúde, assistência social e criação de oportunidades de emprego digno, para ajudar a romper o ciclo da pobreza e garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

Dessa forma, é sugerida a realização dos seguintes estudos futuros:

1. Investigação sobre o Impacto do Comércio Informal no Desenvolvimento Econômico: Explorar como as práticas de comércio informal influenciam o desenvolvimento econômico de uma região, examinando aspectos como a criação de empregos e a distribuição de renda.

2. Análise das Políticas de Apoio aos Trabalhadores Informais, especialmente os mais carentes e vulneráveis: Analisar as políticas governamentais existentes destinadas a auxiliar os trabalhadores informais, avaliando sua implementação, direcionamento e eficácia, bem como sugerir

melhorias para atender, de forma mais efetiva, às necessidades dessa população vulnerável.

3. Estudo sobre a Eficácia dos Fiscais Governamentais: Investigar como a presença de inspetores do governo impacta nas vendas dos vendedores ambulantes e nas operações comerciais em geral, visando compreender o papel e a eficácia desses agentes na regulação do comércio informal.

## REFERÊNCIAS

ALTUNA, R. A. **Cultura Tradicional Banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1993.

ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente. **Laboreal**, v. 8, n. 1, 2012.

ANDRÉ, A. B. V.; LUZ, V. S. O fenômeno das zungueiras, a segregação urbana e a consolidação dos musseques em Luanda, Angola. **Labor e Engenho**, v. 16, 2022.

ANDRÉ, A. B. V.; LUZ, V. S. Vista do fenômeno das zungueiras, a segregação urbana e a consolidação dos musseques em Luanda, Angola. **Labor e Engenho**, v. 16, 2020.

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei n. 13, de 31 de dezembro de 2001**. Nova Lei de Bases do Sistema de Educação. Diário da República. Disponível em: <Lei 13\_01\_Lei de Bases do Sistema de Educacao de Angola 2001.pdf (unicef.org)>. Acesso em: 24 set. 2023.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. 2010. Disponível em: [https://acjr.org.za/resource-centre/Constituicao\\_da\\_Republica\\_de\\_Angola.pdf](https://acjr.org.za/resource-centre/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

ANGOLA. **Decreto legislativo presidencial provisório n.º 1/20, de 18 de março**. Aprova o acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Portuguesa sobre Promoção Recíproca de Investimentos. Diário da República, 2020. Disponível em: [https://www.covid19.gov.ao/assets/arq\\_pdf/2020DRI031.pdf](https://www.covid19.gov.ao/assets/arq_pdf/2020DRI031.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

ANGOLA. Diário da República, I Série – N.º 36, 26 mar. 2020. **Decreto Presidencial n.º 82-20, de 26 de março**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/tax/Tax%20News%20Flash/2018/Decreto%20Presidencial%20n.%C2%BA%2082-20,%20de%2026%20de%20mar%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ANGOLA. **Decreto presidencial n.º 142/20, de 25 de maio**. Declara a situação de Calamidade Pública. Diário da República, 2020. Disponível em: [http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/110107/136802/F1682472228/DP142\\_20.pdf](http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/110107/136802/F1682472228/DP142_20.pdf). Acesso em: 14 jan. 2023.

ANGOLA. Diário da República, I Série – N.º 35, 25 mar. 2020. **Declaração do estado de emergência**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.cisp.gov.ao:10443/w>

p-content/uploads/2020/04/DP-81-20-Declaração-do-estado-de-emergência\_Angola.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023

ANGOLA. **Portal Oficial do Governo da República de Angola**. A História. 2015. Disponível em: <https://www.governo.gov.ao/historia.aspx>. Acesso em: 22 maio 2015.

ÁUREA, B. V. A. **Comércio informal e cidade**: estudo de caso das zungueiras em Luanda – Angola. Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/16537/ceatec\\_ppgurb\\_me\\_Aurea\\_BVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/16537/ceatec_ppgurb_me_Aurea_BVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: : 24 set. 2023

Banco Mundial. **Macro Poverty Outlook**. Sub-Saharan Africa, abril de 2020. Disponível em: [https://www.gov.ao/Microsoft\\_Word-Relatório\\_de\\_Fundamentação\\_do\\_OGE\\_2023.AN-GCII\[1\].docx](https://www.gov.ao/Microsoft_Word-Relatório_de_Fundamentação_do_OGE_2023.AN-GCII[1].docx). Acesso em: 24 fev. 2024.

BNA. **Resultado do estudo sobre o funcionamento do mercado informal**. ISPTEC, 2023. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/publicacoes-e-media/textos-apresentacoes/detalhe/42>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BORRALHO, N. Pandemia agrava situação das vendedoras ambulantes em Angola. DW, 16 set. 2020. Disponível em: < [CAETANO, L. P. et al. A COVID-19 em Guiné-Bissau: conjuntura econômica, social e política do país e a garantia dos direitos sociais. \*\*Rev. Simbio-Logias\*\*, v. 12, n. 16, 2020.](https://www.dw.com/pt-002/pandemia-de-covid-19-agrava-situa%C3%A7%C3%A3o-das-vendedoras-ambulantes-em-angola/a-54943154#:~:text=Pandemia%20agrava%20situa%C3%A7%C3%A3o%20das%20vendedoras%20ambulantes%20em%20Angola,-Borrvalho%20Ndomba%20(Luanda&text=Aumentaram%20as%20dificuldades%20na%20vida,agora%20divulgado%20pela%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20ASSOGE.> . Acesso em: 24 nov. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CAMARGO, C. S. **Hospitalidade e migrações: nesta terra somos todos migrantes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/2260/Dissertacao%20Caroline%20da%20Silva%20Camargo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinas da Mobilidade Humana**, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CEDOC DW. **Mercado informal 2007-8-9**: Extractos da imprensa angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento. [2007-2009]. Disponível em:

<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/b9349e5e-0b16-4df4-81a4-331239792482/content>. Acesso em: 25 jan. 2024

CEIC. COVID-19: **Impactos económicos e sociais em Angola**. Contribuição para o debate, 2020. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/551904432/COVID19-Impactos-Economicos-e-Sociais-em-Angola-Contribuicao-para-o-debate>. Acesso em: 18 mai. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. **Relatório Social de Angola 2012**. p. 152, 2012. Disponível em: <http://www.ceicucan.org/wp-content/uploads/2014/04/RELAT%C3%93RIO-SOCIAL-DE-ANGOLA-2012.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CERVO, B.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2006.

DALA, N. A. **Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 anos de Paz e de má Qualidade de vida**. 2018. Disponível em:

<https://centralangola7311.files.wordpress.com/2018/08/desenvolvimento-humano-em-angola-2002-2017.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Declaração do estado de emergência. nº 35, 2020**. Disponível em: [https://www.cisp.gov.ao:10443/wp-content/uploads/2020/04/DP-81-20-Declara%C3%A7%C3%A3o-do-estado-de-emerg%C3%Aancia\\_Angola.pdf](https://www.cisp.gov.ao:10443/wp-content/uploads/2020/04/DP-81-20-Declara%C3%A7%C3%A3o-do-estado-de-emerg%C3%Aancia_Angola.pdf). Acesso em: 24 dez. 2023

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. PED - **Pesquisa de emprego e desemprego**. A inserção da mulher no mercado de trabalho, mar. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DOMINGOS, W. C. Vozes de mulheres: Gênero e Cidadania em Angola. **Revista Espacialidades**, v. 13, n. 1, p. 31, maio 2018.

FÉLIX, I. COVID-19: **Desafios na atenção aos direitos das mulheres em Angola**. Ojango Feminista, 2020. Disponível em:

<https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/8/11/Covid-19-desafios-na-atenoaos-direitos-das-mulheres-em-angola>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FÉLIX, I. L. C. M. **Trajetórias e desafios do trabalho informal de venda ambulante nas ruas de Luanda**. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24506>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FÉLIX, I. L. C. M. **Trajetórias e desafios do trabalho informal de venda ambulante nas ruas de Luanda**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FÉLIX, I. **Políticas de Protecção a Mulher no Mercado Informal**. Odjango Feminista, 2020. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/7/2/politicasde-proteco-mulher-no-mercado-informal>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisas Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. a, 1995.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **IPEA**, v. 34, p. 23–30, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34\\_04Nota2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34_04Nota2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609.

INE. **Indicadores de emprego e desemprego: inquérito ao emprego em Angola**. 1ª ed. Luanda: INE, 2021.

IOPREI. **Confrontar a COVID-19 em Angola: perspectivas e respostas políticas para uma crise multidimensional em evolução**. 2021. Disponível em: [https://gov.ao/Publicacao\\_638218257139153571.pdf](https://gov.ao/Publicacao_638218257139153571.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023.

Kitambo Business Consulting. **Economia Nacional**. 2019. Disponível em: [https://kbc.co.ao/Informalidades\\_Angola.pdf](https://kbc.co.ao/Informalidades_Angola.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

KITOMBE, C. **Políticas Públicas: análise feminista do discurso à ação**. 3ª ed., 2019. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/5ef4c9ed8575ee1ad6424634/1593100811404/2019-TUBA-Ed3-FINAL-compressed.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KON, A. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/28067329-A-economia-do-trabalho-qualificacao-e-segmentacao-no-brasil.html>. Acesso em: 31 jul. 2022.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 1003–1031, 2014.

LOPES, C. M. **Candongueiros e Kupapatas: Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola**. Cascais: Príncipeia, 2011.

- LOPES, C. M. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra. **Anais eletrônicos...** Coimbra: 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CarlosMLopes.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- LOPES, C. M. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. **Lusotopie [Online]**, XIII(1), n. 1, p. 163–183, 2006.
- LOPES, C. M. G.F. **Luanda, Cidade Informal?** Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto. Mimeo, 2000.
- LOPES, C. M. **O Sector Informal e o Desenvolvimento:** Estudo de caso em Luanda. Comunicação apresentada ao II Congresso de Estudos Africanos en el Mundo Ibérico - África Hacia El Siglo XXI, Madrid, 1999.
- LOPES, C. M.; RODRIGUES, C.; SIMAS, G. **Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola.** Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013.
- MASSEY, D. S. et al. **Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium.** Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MENDES, M. K. **A participação das mulheres no setor de comércio informal em Luanda. 2020.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.
- MONTEIRO, I. L. C. **Modos de Vida das Mulheres que Zungam em Luanda.** 2012. Dissertação (Pós-graduação em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.
- NANGACOVIE, M. et al. **A Integração da Mulher nos Processos Produtivos em Angola.** 1. ed. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2017. Disponível em: <https://www.almedina.net/a-integra-o-da-mulher-nos-processos-produtivos-em-angola-1564520923.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- OIT. **A OIT e a Economia Informal.** 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_664856.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664856.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.
- OIT. **Mulheres no trabalho. Genebra,** 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS\\_457096/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_457096/lang--en/index.htm). Acesso em: 17 abr. 2023.

OIT. **Trabalhadores informais entre riscos de pandemia e desemprego.** 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712852>. Acesso em: 28 maio 2023.

OIT. **Transição da economia informal para a economia formal.** Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão, 2014. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_664887.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664887.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, F. C. Mercado Informal, Economia e Políticas Públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 61–62, 2020.

OLIVEIRA, S. Modos de vida da pobreza em Angola. **Revista Angolana de Sociologia [Online]**, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/457>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.457>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ONU. **Covid-19 reduziu 60% dos rendimentos de trabalhadores informais no primeiro mês da crise.** 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717342>. Acesso em: 29 maio 2023.

OPS/OMS. **Folha informativa – Histórico da pandemia da Covi-19** [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 14 dez.2023.

PAANE. **Diagnóstico de Género de Angola.** Luanda: European Union, 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8701/3/DGA%20PT%20Final%207.15.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PEDRO, K. M. A. **Criação na cultura Bantu como lugar de encontro com Deus à luz da fé cristã: reflexão ecológico-teológica a partir da Laudato Sí do Papa Francisco.** 2021. Dissertação (Mestrado Integrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

PEREIRA, A. A. Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres. In: Assembleia Geral. Governar o Espaço Público Africano, 12., 2008, Yaoundé. **Anais...** Yaoundé: CODESRIA, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6550>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PEREIRA, A. Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho. In: Assembleia Geral. Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas, 11., 2004, **Anais...** CODESRIA, 2004. Disponível em: <https://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf?1457/c645ea9500da3c5e77f51f18a2d%20a5e3f117576d9>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PNUD. **Potencial impacto socioeconómico da pandemia da Covid-19 em Angola**: uma análise sintética. Luanda, 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/96209878e5a9200bcae13db373abefd75abd94e0c1d89c9fe26edec2f3632c77.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

QUEIROZ, F. Causas históricas da economia informal: o caso de Angola. **Juris**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola, Luanda, ano 1, n. 1, p. 91-118, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, F. **Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal**. Lisboa: Depto. Editorial do ISSScoop e Centro Português de Investigação em História em Trabalho Social – CPIHTS, 1999.

Rua, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAMPIERI, R. et al. Metodologia de pesquisa. 3. ed. Brasil: McGraw Hill, 2007.

SANTOS, O. A. dos. **Dopregão da avó Ximinha ao grito da zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos-Africanos) – Programa Multidisciplinar e Pós-Graduação em Estudos Étnicos-Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

SANTOS, O. Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 35–61, 1 dez. 2011.

SILVA, C. G. da. **Significados e transformações das práticas poligâmicas nas sociedades de Angola e Moçambique, 1910-1965**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, E. A. da. Tradição e identidade de género em Angola: ser mulher no mundo rural. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 21–34, 2011.

SILVA, E.A. da; CARVALHO, M.J. de. Educação em Angola e desigualdades de género: quando a tradição cultural é fator de exclusão. In: Congresso Internacional Galego-português de Psicopedagogia, 10., 2009, Braga. **Anais...** Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 2401-2416. Disponível em: [https://uminho.pt/EDUCAÇÃO\\_ANGOLA\\_DESIGUALDADE\\_GENERO.pdf](https://uminho.pt/EDUCAÇÃO_ANGOLA_DESIGUALDADE_GENERO.pdf). Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, O. L. da. **O Impacto da Economia Informal no Processo de Desenvolvimento na África Subsariana**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em:

[http://www.adelinotorres.info/teses/Omarildo%20Luis%20Silva\\_O%20impacto%20da%20economia%20informal%20em%20Africa.pdf](http://www.adelinotorres.info/teses/Omarildo%20Luis%20Silva_O%20impacto%20da%20economia%20informal%20em%20Africa.pdf). Acesso em: 16 jul. 2022.

SODEPAC. Um contributo para o desenvolvimento sustentável de Angola. 2013. Disponível em: <http://sodepacangola.com/joomla/pdfs/cap1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SUCUMULA. B. S. **A constituição da família angolana: a desnecessidade do casamento civil e tradicional e a situação do convidado familiar**. Disponível em: <URL>. Acesso em: 24 set. 2023.

TELO, F. C. A. Mulheres e comércio (informal) em Luanda. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 13-24, 2021.

UFJF. **Desigualdade de gênero em tempos de pandemia e isolamento**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/desigualdade-de-genero-em-tempos-de-pandemia-e-isolamento/>. Acesso em: 12 abr. 2023

VAN-DÚNE. Sobre o vocábulo quitandeira. Luanda: Edição do autor.

VENÂNCIO, J. C. **A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

**APÊNDICE(S)- ROTEIRO DE ENTREVISTA****Título da pesquisa: Mulheres e o trabalho informal no setor de comércio em Luanda no período da pandemia da covid19**

Linha de Pesquisa: Trabalho e Organizações

1) Idade: \_\_\_\_\_ anos

2) Nível de escolaridade.

- Ensino primário incompleto  completo  
 Ensino secundário incompleto  completo  
 Ensino médio incompleto  completo  
 Ensino superior incompleto  completo

3) Estado civil:

casado/a  solteiro/a  divorciado/a   
outro/a: \_\_\_\_\_

4) Tem filhos (a)? Se sim, Carregas o seu filho (a) ao mercado? Durante a pandemia como foi esse processo?  sim  não

---

5) Tempo de atuação no setor de comércio informal? Sabendo que essas atividades (trabalhos) são muito cansativas e de muitos riscos, por que persiste nessas atividades?

---

O dinheiro obtido com seu trabalho diário é o principal sustento de casa? Ou possui outras fontes de renda?

Sim  Não

Se sim...

No período de estado de emergência, o governo teve que fechar as fronteiras e tomar algumas medidas preventivas para salvaguardar a saúde da população.

7) Cumpriu com as orientações estabelecidas pelo governo durante o estado de emergência?

---

8) O estado de calamidade afetou a forma de adquirir e comercializar os produtos?

sim  não

9) Quantos dias da semana/horas eram comercializados os produtos neste período de calamidade?

---

10) Como eram adquiridos e comercializados os negócios nesse período de calamidade (COVID19)?

---

11) Chegou a mudar de produto de venda por causa da pandemia?

( ) Sim / por que

---

( ) Não

12) Notou alguma diferença nas vendas antes e durante a período da Covid 19?

( ) Sim ( ) Não

13) De que forma a pandemia de covid 19 afetou nas vendas e no rendimento diário?

---

14) Com estado de emergência como conseguiu se autossustentar e/ou sustentar a sua família? Qual foi a estratégia utilizada para sobreviver?

---

15) Durante o período pandêmico (estado de emergência e calamidade), o governo Angolano deu alguma ajuda (financeira, cesta básica, etc) para as mulheres que dependiam do dinheiro diário e acabaram por ficar em casa? ( ) Sim Quais? ( )

Não